

## Capítulo 1 – A Contra-Reforma Agrária e a integração europeia

A tomada de posse do Primeiro Governo Constitucional, de Mário Soares, no dia 23 de Julho de 1976, depois da vitória do Partido Socialista nas primeiras eleições legislativas, marcou a entrada de Portugal na fase da consolidação democrática, conceito definido por Philippe Schmitter como o acto de “transformar as disposições acidentais, normas prudenciais e soluções eventuais” em “estruturas, isto é, em relações que são conhecidas com segurança, praticadas com regularidade e habitualmente aceites pelas pessoas ou colectividades”<sup>1</sup>. O autor definiu 4 fases para o processo:

1. início da actividade legislativa;
2. estabilização dos canais partidários e associativos;
3. alternância inicial do poder;
4. regulamentação das instituições, com especial interesse no funcionamento dos parlamentos e das associações de interesses como redes de consolidação democrática.

Em Portugal verificaram-se todas estas etapas. Com diferentes velocidades e ritmos, conseguiu passar-se “do arrebatamento impetuoso de uma transição revolucionária, até à rotina satisfatória (embora prosaica) de uma democracia consolidada”<sup>2</sup>. Porém, segundo Nikiforos Diamandouros, os movimentos de massa e a hostilidade com que as elites económicas e financeiras portuguesas lidaram com o desafio directo que a revolução constituiu para os seus interesses tinha contribuído para o carácter altamente contencioso e divisório que a transição portuguesa mostrou, o que complicou e atrasou a consolidação democrática neste país<sup>3</sup>. Pode concluir-se que, para este autor, a Reforma Agrária foi um dos processos que atrasou a consolidação democrática portuguesa, o que confirma as palavras do Deputado Miranda Calha quando afirmou que “a zona da Reforma Agrária tem sido sempre uma prisão política de diversos governos”<sup>4</sup>. Diamandouros acrescenta ainda que existe uma forte associação entre a modernização socio-económica e a consolidação democrática. A primeira não é uma pré-condição para a segunda, mas é certamente um factor importante que

---

<sup>1</sup> “Por conseguinte, a *consolidação democrática* consiste em transformar esses padrões *ad hoc* em estruturas estáveis de modo que as formas / canais de acesso, inclusão / exclusão de actores, recursos / estratégias de acção e regras / normas de decisão obedeçam a um critério tipo específico”, Philippe C. Schmitter – *op. cit.*, p. 300.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pp. 19, 310.

<sup>3</sup> Este autor salienta ainda a influência forte e positiva dos líderes fortes que caracterizaram as transições dos 3 países que estudou. Em Portugal salienta Mário Soares, que durante a fase radical da revolução travou uma batalha muitas vezes isolada pela defesa das regras democráticas. Ao manter o PS vivo e activo, Soares contribuiu para a sobrevivência das forças democráticas e a ascensão da democracia sobre as alternativas menos democráticas, *op. cit.*, pp. 16-17.

<sup>4</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 12, 31/1/1980, p. 432.

a facilita<sup>5</sup>, o que nos leva a verificar que o facto do país ter um projecto de modernização associado à entrada na CEE ajudou a consolidar a democracia<sup>6</sup>.

Nada disto pode ser ignorado ao descrever a actuação de António Barreto a partir do dia 5 de Novembro de 1976, quando foi nomeado Ministro da Agricultura e Pescas. A sua tarefa não foi fácil, assim como a dos ministros que o sucederam: os primeiros anos da actividade legislativa regular foram marcados por grande instabilidade cujas causas residiram em grande parte na necessidade de resolver os problemas criados por “padrões *ad hoc*” e transformá-los em “estruturas estáveis”. Na agricultura portuguesa a sucessão legislativa e ministerial que se verificara até então tinha deixado de herança uma indefinição algo perigosa para a estabilidade pretendida. Lopes Cardoso, apesar da sua já descrita prolixidade legislativa, não fora capaz de elaborar um plano agrícola consistente, nem tinha conseguido aplicar de forma rigorosa a legislação já existente. Sobretudo no que diz respeito à atribuição do direito de reserva, já consagrado no Decreto-Lei nº 406-A/75 e exigido de forma cada vez mais persistente pelos proprietários das terras.

António Barreto aceitou o cargo de Ministro da Agricultura com algumas condições que colocou a Mário Soares:

“Doutor António Barreto – Fiz um papelinho que guardei nas minhas recordações. 1º ponto: fazer uma lei nova; 2º ponto: queria ter obrigatoriamente o Carlos Portas e o António Campos como Secretários de Estado. Eu pedi a demissão dos Governadores Cívicos, que eram favoráveis ao PC; a substituição dos comandos militares que eram favoráveis ao PC, ou que poderiam ser (...) O que eu pedi sobretudo foi a extinção dos CRRA; extinção dos grupos ligados ao Crédito de Emergência; travão na linha de crédito, que passou a só ser dado pelo Ministério, que é, de facto, um dos métodos reais ao investimento; obrigatoriedade das UCP pagarem as dívidas. E depois uma nova lei. E o Soares olhou para o papel e disse: ‘Concordo’; e assinou: ‘Mário Soares’. E eu tomei posse no dia seguinte”.

A formação académica e profissional deste jovem Sociólogo pesou na escolha de Soares: depois de licenciado na Suíça, ao mesmo tempo que dava aulas começou a trabalhar para as Nações Unidas, no Instituto de Desenvolvimento Social, onde durante 5 anos participou em projectos sobre instituições agrárias na América Latina e na África do Norte. Investigou intensivamente processos de Reforma Agrária em curso no Chile, Colômbia, Tunísia, Brasil, Argentina. Nesses países visitou cooperativas agrícolas, falou com os seus

---

<sup>5</sup> *Op. cit.*, p. 19.

<sup>6</sup> “As medidas de estabilização e de ajustamento eram a condição *sine qua non* para sair da crise económica e para o fazer em condições competitivas comparáveis às do resto das países industrializados ocidentais – e, mas concretamente, às da CEE, na qual queriam que ingressassem a Espanha e Portugal...”, Rafael Dúran Muñoz – “A crise económica...”, *op. cit.*, p. 392.

dirigentes, observou a aplicação do crédito agrícola e do crédito cooperativo, discutiu a Revolução Verde, as novas tecnologias, o regadio, o sequeiro. Enfim, todos os problemas relevantes na altura e que faziam dele o candidato ideal para o trabalho a realizar. A sua capacidade de visão fora das fronteiras do território nacional proporcionava-lhe a abertura mental necessária aos fins de integração europeia que já se desenhavam no panorama político português. E o aval de Mário Soares dava-lhe a segurança para avançar com uma política “francamente hostil”<sup>7</sup> à Reforma Agrária que se realizara até então, com o objectivo muito simples de encontrar a estabilidade necessária para entrar na CEE<sup>8</sup>. Por esse motivo o seu discurso foi agressivo desde a primeira hora:

“Chamo a atenção de todos os que pensam que as conquistas apressadas fazem ganhar posições irreversíveis: pelo contrário, os desvios à lei, além de serem puníveis, farão recuar a Reforma Agrária. Que os seus defensores não se transformem em seus coveiros”<sup>9</sup>. Ou numa comunicação ao país em 29/3/1977: “O Alentejo terá as liberdades do resto do País porque o Alentejo faz parte de Portugal. No Alentejo haverá comunistas, porque há liberdade de pensamento e de associação, mas o Alentejo não será comunista”<sup>10</sup>.

O próprio António Barreto justificou a sua acção com as seguintes palavras:

“A verdade é que estava em causa a fundação do regime democrático. Durante um ano, militares e seus aliados civis fizeram as leis, interpretaram-nas e aplicaram-nas sem outra legitimidade que não fosse a da própria revolução. Esta acumulação era uma das fontes de despotismo. (...) Minoritária e sem apoio externo, a revolução das vanguardas falhou (...) na prova eleitoral, a revolução perdeu, como acontece quase sempre”<sup>11</sup>.

E se por toda a esquerda ele foi considerado “reaccionário”, o facto é que o seu modelo de Reforma Agrária introduziu conceitos progressivos, ao contrário do modelo imposto em 1975 e que tinha criado enormes unidades de produção que exploravam intensivamente a terra e utilizavam quantidades de mão-de-obra absolutamente inaproveitadas para absorver os excedentes dos outros sectores. Este modelo é que tinha constituído um retrocesso técnico<sup>12</sup> em relação aos planos de fomento marcelistas e às políticas legisladas

---

<sup>7</sup> Michel Drain – *A Economia de Portugal...*, p. 95.

<sup>8</sup> “Em 1975 a Europa julgava Portugal irremediavelmente perdido para a democracia política e representativa (...) Portugal é hoje um país democrático, com instituições eleitas por sufrágio universal e directo, estando por isso em condições de ter acesso a todos os organismos internacionais em termos de prestígio e de igualdade...”, palavras de Mário Soares ao *Tempo*, 10/2/1977, p. 1.

<sup>9</sup> Do seu discurso de tomada de posse, citado na 1ª p. do jornal *A Defesa*, de Évora, 10/11/1976.

<sup>10</sup> *Ibidem*, 6/4/1977, p. 1.

<sup>11</sup> António Barreto – *Anatomia de uma Revolução...*, pp. 334-335.

<sup>12</sup> Balabanian e Bouet escreveram que a Reforma Agrária portuguesa foi um “retrocesso agrário”, *op. cit.*, p. 251. E Manuel de Lucena afirmou que “aos olhos do Ocidente, a marcha da revolução portuguesa em 1975 constituía um nítido recuo relativamente à abertura de Marcelo Caetano”. Isto porque com Marcelo Caetano tinha-se passado de “um corporativismo autoritário, aparentado com o fascista” para um corporativo “associativo e em princípio compatível com a democracia

nos finais do Estado Novo, mais precisamente na legislação de 1962 que incentivou a instalação de cooperativas para a viabilidade das empresas agrícolas e a integração dos seus produtos na indústria e circuitos de comercialização, e nos regimes cerealíferos instituídos em 1965 e em 1970, que estabeleceram os objectivos de reconversão das explorações agrícolas, redução da área de cereal (“eliminar a cultura cerealífera de vastas áreas inteiramente inaptas para este fim”), mecanização, florestamento<sup>13</sup>. Estes regimes reflectiam sobretudo a tendência que se desenhava há alguns anos no panorama europeu e que consistia no desvio da produção e da população para os restantes sectores da actividade económica<sup>14</sup>. António Barreto basicamente recuperou o discurso europeu sobre o tema. Para tal teve de inverter o discurso ideológico e reintroduziu o tradicional tema da divisão da propriedade e do parcelamento, uma das hipóteses defendidas em 1968 por Álvaro Cunhal<sup>15</sup>, o que naturalmente foi considerado (e não deixou de o ser) uma forma intencional de atingir e abater as UCP, como se queixava amargamente a imprensa da época:

“Reforma Agrária ou anticomunismo do Sr. Barreto (...) Individualização do trabalho e criação do sentimento de propriedade privada – forma de destruir as UCPs (...) Quando o sr. ministro faz a defesa da pequena propriedade privada, não faz mais do que a defesa da escravatura”<sup>16</sup>.

Em 28 de Março de 1977, Mário Soares apresentou o pedido formal de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Antes de 1974 Portugal já participava no GATT, na OCDE e na EFTA e tinha um acordo comercial com a CEE. Porém, nesta fase, por razões “eminentemente políticas”, o Primeiro Governo Constitucional concretizou aquilo a que se chamou a “opção europeia”, cujos pressupostos foram pormenorizadamente descritos por Medeiros Ferreira, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo este autor, além dos acordos com os países africanos e com os países comunistas do COMECON, os primeiros governos pós-revolucionários estabeleceram acordos bilaterais com a intenção de promover ajuda financeira e técnica a Portugal (EUA, RFA, Holanda e Noruega), mas investiram sobretudo no “reforço da participação portuguesa em organizações económicas internacionais

---

pluralista, no qual os parceiros sociais se autonomizariam progressivamente...”, “A herança de duas revoluções...”, *op. cit.*, p. 550.

<sup>13</sup> Ver capítulo 1 da 1ª parte e Decretos-Lei nº 44.720, de 23/11/1962, nº 46.595, de 15/10/1965, e nº 491/70, de 22/10/1970.

<sup>14</sup> Política que foi reforçada com a entrada de Portugal na CEE, a qual, segundo Oliveira Baptista acentuou “as grandes linhas de transformação desenhadas desde os anos 60”, “A agricultura e a questão da terra...”, *op. cit.*, p. 918. “Essas mudanças de orientação serão necessárias em qualquer caso, a seguir a uma reforma agrária redistributiva, mas também podem desempenhar papel decisivo se desenvolverem a influência económica do sub-sector agrícola (...) será possível proceder a estas mudanças de orientação política, especialmente se a assistência financeira e técnica das agências internacionais for dirigida especificamente para estes objectivos”, Peter Dorner – *op. cit.*, p. 203.

<sup>15</sup> Ver capítulo 1 da 1ª parte.

de que Portugal já era membro”, ou na entrada em novas organizações, como foi o caso do Banco Mundial, o Conselho da Europa, o Banco Internacional de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento. Sem dúvida que a Europa tornou-se objectivo prioritário: “O país, confrontado com o fim do Império, sente que tem direito a que seja reconhecida a sua pertença às instituições europeias”<sup>17</sup>. Este discurso não se afasta muito do de Mouzinho da Silveira, num período também pós-revolucionário, quando em 1834 mostra a intenção de “fazer entrar a nação no Grémio da Europa’ e fazê-la chegar ‘ao estado de civilização em que as outras se acham”<sup>18</sup>. De facto, Portugal não podia perder a oportunidade de beneficiar do potencial de desenvolvimento que a CEE poderia proporcionar, agora que tinha removido o obstáculo político anteriormente existente e que consistia no facto de ter um regime autoritário e não democrático. Principalmente porque se partia do princípio de que a Comunidade Económica Europeia “se revelaria uma entidade dinâmica, capaz de promover as reformas necessárias ao seu próprio desenvolvimento”<sup>19</sup>.

A precária situação económica de Portugal nesse período e o empréstimo contraído ao Fundo Monetário Internacional obrigaram a uma actuação forte por parte do Governo. O peso das estruturas criadas com as nacionalizações e expropriações de terras tornou-se incompatível com a necessária convergência económica com o resto da Europa. E o dinheiro gasto a sustentá-las constituía uma despesa demasiado grande para o Estado suportar, aliado a um sector estatal enorme e também ineficiente do ponto de vista económico, que absorvia 20% do PIB. Segundo Marina Costa Lobo, se entre 1960 e 1973 “Portugal partilhou do mesmo ciclo de crescimento que favoreceu toda a economia mundial”, já no período de 1974 a 1985 “as nacionalizações e a colectivização agrícola, iniciadas entre 1974 e 1976, dificultaram o processo de convergência económica, em geral, orientando o desenvolvimento português numa direcção socialista planificada, e, em particular, contribuindo para os défices orçamentais que caracterizaram este período...”<sup>20</sup>.

Estes défices tinham de ser contrariados. Em todo o país “apertou-se o cinto” e na agricultura uma das primeiras medidas do novo ministro foi a reformulação do Crédito Agrícola de Emergência (Decreto-Lei nº 56/77, de 18 de Fevereiro) e a sua cobrança coerciva

---

<sup>16</sup> *Revolução* (PRP), ano III, 14/4/1977, p. 11.

<sup>17</sup> Medeiros Ferreira – *op. cit.*, pp. 148-149.

<sup>18</sup> Joel Serrão – “Mouzinho da Silveira”, in Joel Serrão (dir.) – *op. cit.*, vol. V, p. 587.

<sup>19</sup> Medeiros Ferreira – *op. cit.*

(Decreto-Lei nº 58/77, de 21 de Fevereiro), seguida da reorganização do Ministério da Agricultura, com a regionalização dos seus serviços e a criação de uma Direcção-Geral de Extensão Rural com os objectivos de dinamizar os agricultores, transmitir conhecimentos técnicos e ultrapassar os estrangulamentos relacionados com o crédito, a comercialização e os preços dos produtos agrícolas (Decreto-Lei nº 221/77, de 28 de Maio). Só então se dedicou a alterar profundamente a legislação da Reforma Agrária. António Barreto tinha a missão de repor as instituições em funcionamento, se possível sem perdas de vidas:

“Doutor António Barreto – A minha primordial intenção não era abater o PCP, eu não tinha nenhum duelo com o Partido Comunista, de todo. (porém), em 75 estava tudo de pernas para o ar, não havia estado, não havia propriedade, não havia nada, nada estava seguro, havia muito medo e insegurança”.

Naquele início de 1977, a grande preocupação da equipa ministerial era o estabelecimento do estado democrático. António Campos, o Secretário de Estado do Fomento Agrário, fala mesmo em *obsessão*<sup>21</sup>. Se a Democracia era de facto uma pré-condição para a entrada na CEE, a tentativa de viabilização económica das estruturas agrícolas era uma necessidade, pelo menos para a aproximação aos parâmetros mínimos da Comunidade. E sobretudo o cumprimento da Constituição e da própria lei da Reforma Agrária até então vigente no que diz respeito às indemnizações aos rendeiros e proprietários expropriados, que foi completada com os Decretos-Lei nº 64/77, de 24/2/1977 e nº 111/77, de 26/3/1977 e mais tarde formalizada com a Lei nº 80/77, de 26/10/1977. Estas disposições legais foram determinantes para a alteração substancial das capacidades de subsistência económica das UCP e para a instauração dos meios necessários para assegurar a atribuição de reservas aos proprietários expropriados, assim como o alargamento da pontuação mínima para o seu pedido, o que ficou consagrado na “famigerada Lei Barreto”, que abriu as portas “ao arbítrio, à ilegalidade, ao abuso de poder e ao crime”<sup>22</sup>...

---

<sup>20</sup> “a convergência torna-se um objectivo primordial dos governos, porque permitiria a adesão de Portugal à CEE. De facto, a consolidação democrática e a redefinição da política externa portuguesa só seriam possíveis se houvesse convergência económica com a Europa”, Marina Costa Lobo – *op. cit.*, pp. 611, 615, 623.

<sup>21</sup> Entrevista realizada em 26/9/1998.

<sup>22</sup> José Soeiro completa: “A Reforma Agrária, apesar da Constituição da República continuar a consagrar a liquidação do latifúndio como um dever fundamental, foi brutal, deliberada, metódica e criminosamente destruída por governos empenhados na reconstituição dos privilégios do grande capital e dos grandes agrários que a Revolução de Abril havia muito justamente liquidado”. Segundo a definição deste autor, eu estaria certamente incluída no grupo dos “historiadores de pacotilha e subservientes escribas de ocasião, empenhados na deturpação da História e no branqueamento dos responsáveis por esse verdadeiro acto de banditismo que foi a destruição da Reforma Agrária...”, *op. cit.*, pp. 16-18. Nota-se a repetição do adjectivo “famigerado” por forças políticas opostas: já lemos sobre os “famigerados 50.000 pontos” de Gonçalo Ribeiro Teles e em 6/4/1977 o jornal católico *A Defesa*, de Évora, apresenta como título da 1ª página: “A famigerada Reforma Agrária, nas suas múltiplas facetas de roubos, atropelos, ódios, vinganças e perseguições...”

## 1.1 – Discussão política

O Verão de 1977 foi marcado pela discussão desta legislação no Parlamento, a qual consiste em duas leis fundamentais: a nº 76/77 sobre o arrendamento rural e que foi a primeira que consagrou a obrigatoriedade da redução a escrito dos contratos sobre terras a partir dos 2 ha; e a nº 77/77, com as Bases Gerais da Lei da Reforma Agrária e que introduziu o conceito de Agricultor Autónomo, aumentou as reservas para 70.000 pontos, e distinguiu os proprietários activos dos absentistas, os quais receberiam apenas 35.000 pontos<sup>23</sup>. Esta lei permitiu ainda as majorações das áreas de reserva, possibilitando o seu alargamento até 20% no caso de se tornar tecnicamente aconselhável, até 80% nos casos de sociedades, ou 10% por cada membro do agregado doméstico que dependesse do rendimento do prédio expropriado. Ambas foram publicadas em 29 de Setembro, após acalorado debate que começou em 18 de Julho<sup>24</sup> e terminou às 5 da manhã do dia 24 do mesmo mês, com a aprovação por maioria e o voto desfavorável do PCP, que declarou que esta lei era um “forte contributo para o avanço do capitalismo”. Salientam-se também os votos contra de três deputados do Partido Socialista: António Lopes Cardoso, Vital Rodrigues e Brás Pinto, que a apelidaram de “mais contra-revolucionária e hipócrita lei após 25 de Abril”. Esta tomada de posição levou-os a uma declaração de voto bastante pormenorizada, na qual foi posta em causa a própria constitucionalidade da lei. Foi também a origem do seu abandono do partido, continuando estes deputados a sua actividade parlamentar como independentes a partir dessa altura<sup>25</sup>.

A atribuição das majorações lançou as bases para o verdadeiro golpe de misericórdia a lançar às cooperativas, como se pode ver nos lamentos de José Luís Correia da Silva e de Traquinas, ambos membros da direcção da UCP *1º de Maio*:

---

<sup>23</sup> No seu discurso de apresentação da lei na Assembleia da República, António Barreto defendeu a inviabilidade dos anteriores 50.000 pontos para a rentabilidade e as possibilidades de investimento de uma exploração agrícola. Para tal cita os estudos do Prof. Henrique de Barros: “essas empresas teriam poucas ou nenhuma possibilidade de investir consideravelmente. (...) considero asfixia e não morte, porque asfixia é uma morte lenta. Colocou-se com os 50.000 pontos um garrote no pescoço da empresa (...) é evidente que tais empresas não tinham a possibilidade de aguentar a concorrência...”, *Diário da Assembleia da República*, 19/7/1977, p. 4594.

<sup>24</sup> A apresentação formal da Proposta de Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, aprovada em Conselho de Ministros e assinada pelo Primeiro-Ministro Mário Soares e pelo Ministro da Agricultura António Barreto realizou-se no dia 15/6/1977. Segundo o seu autor, esta lei levou 9 meses a preparar e constituiu um “esforço enorme de uma equipa na qual alguns técnicos da agronomia, do direito e da economia deram o melhor de si próprios”, *ibidem*, 19/7/1977. Logo a seguir outras propostas de lei de Reforma Agrária foram apresentadas por outros partidos, como foi o caso da UDP, em 16/6/1977, pelo deputado Acácio Barreiros.

<sup>25</sup> Ver desenvolvimento do tema em Fernanda Lopes Cardoso – *Intervenções Parlamentares de Lopes Cardoso. Testemunho sobre a coerência de um percurso*, Assembleia da República, Lisboa, 2003, pp. 215-250. Na altura, António Lopes Cardoso publicou o seu comentário à lei Barreto na obra: *A nova lei da Reforma Agrária*, Livros Horizonte, Lisboa, 1977.

“José Luís – O Barreto fez a tal lei dos 35.000 pontos, e o proprietário tinha direito a 35.000 pontos, mas o filho tinha direito a 35, a mulher tinha direito a 35, o feitor tinha direito a 35... Bom, e às tantas, a terra que o proprietário tinha antes da ocupação já não chegava para dar terra a toda a gente de acordo com a própria lei vigente que estava...”

“Traquinas – Havia uma lei, segundo diziam, que obrigava a devolvê-las porque, pronto... Eles tiraram por exemplo aqui o caso do *Paínho*. No caso do *Paínho* tiraram ali uma parte do *Paínho* que era uma reserva. Depois ainda ficou uma outra parte. Ficou a cooperativa com ela. Depois mais tarde apareceu um outro *nã-sê-quê* tirou outra reserva. Depois outro tirou outra reserva, e assim sucessivamente. Às tantas acabou por *ná* haver nada...”

Argumento que foi também usado pelo Deputado Carlos Brito, do PCP:

A Lei Barreto, “quando aplicada pelos máximos e posta nas mãos de um governo reaccionário, conduziria a situação de não haver no Alentejo terras que chegassem para as reservas e ser necessário ir buscá-las a Espanha...”<sup>26</sup>.

Do discurso inicial de António Barreto salientam-se os conceitos que revelam a tentativa de aproximação da agricultura portuguesa ao contexto europeu, os quais também ficaram claros nos princípios gerais expostos nos primeiros capítulos da lei 77/77, e que aliás não eram novidade na teorização da tão antiga Questão Agrária portuguesa: a ligação entre os agricultores e a comunidade em que estão integrados; a melhoria das condições de trabalho na agricultura e da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores; a protecção dos recursos naturais e aumento da fertilidade dos solos; a intensificação, modernização e diversificação da agricultura; a promoção do associativismo na agricultura; o fomento das zonas florestais e a conciliação da produção de matérias-primas, a caça e pesca e a silvo-pastorícia em esquemas de economia integrada<sup>27</sup>. A este discurso acrescenta-se o objectivo do “crescimento económico (que deverá) pautar-se pela optimização de aproveitamento dos recursos e não pelo esgotamento destes”, o que se integra na crítica directa aos excessos da Reforma Agrária, na qual Barreto defendeu a “necessidade de preservar o fundo de fertilidade e o equilíbrio ecológico como barreira a antepor contra qualquer desenfreada extensificação de culturas desgastantes. Por outro lado almeja-se a correcção dos sistemas por ordenamento e reconversão”.

---

<sup>26</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 32, 27/3/1980, p. 1316. Por outro lado, Ricardo Sá Fernandes considerou que a nova regulação legal da Reforma Agrária introduzida por Barreto “não parece constituir mudança qualitativa em relação às soluções que se encontravam consagradas, pelo que a natureza e traços fundamentais do regime jurídico das expropriações agrárias se mantiveram” e que “a estrutura lógica do processo expropriatório agrário se manteve substancialmente idêntica”, mantendo-se “o mesmo espírito, a mesma conformidade com a perspectiva constitucional e, afinal, a mesma natureza”. O autor conclui que a lei Barreto reafirma “o princípio nuclear de que ninguém pode ser proprietário, na zona de intervenção, de uma área de terra que exceda os limites consagrados na lei”. E no que diz respeito ao direito de reserva, “corrigiram-se as imperfeições anteriores”, *op. cit.*, pp. 894, 897.

<sup>27</sup> Lei 77/77, de 29/9/1977, artigos 1 a 6.



A Lei Barreto marcou sobretudo a transição da opção política para a agricultura do sul do país: da grande unidade de produção para uma “via mais socializante, explicitamente mencionada na Constituição, entregando a posse útil das terras a pequenos agricultores, trabalhadores rurais e formas cooperativas ou colectivas de produção”<sup>28</sup>. Segundo as suas palavras 22 anos mais tarde, “a ideia mais nobre da Reforma Agrária era dividir a terra, não é juntá-la”<sup>29</sup>. Isto constituiu um ataque directo às cooperativas que se formaram com as terras expropriadas e que, segundo o discurso oficial que já encontramos em Carlos Portas, tinham sido responsáveis pelo fomento do “desemprego estrutural, camuflado de subemprego, e este ainda disfarçado com a aplicação do crédito agrícola de emergência, que em muitos casos constitui autêntico subsídio de desemprego”. António Barreto acentuou esta ideia ao dizer que “Só a política relativamente generosa do Governo tem vindo a impedir que se tenham lançado no desemprego alguns milhares de trabalhadores actualmente ligados às unidades colectivas de produção no Alentejo”.

Face a esta situação, e enquadrado nos objectivos comunitários relativos ao meio rural, um novo objectivo nacional começa a ser vislumbrado: baixar a população activa na agricultura, o que “depende sobretudo da recuperação económica geral, da criação de postos de trabalho na indústria, na construção civil e nos serviços. A nossa agricultura, com 30% da população activa, é inviável por si mesma. (...) Só uma política de recuperação global da economia poderá resolver parcial ou totalmente o problema do subemprego na agricultura”<sup>30</sup>. Depois do retorno ao meio rural que se verificou no contexto revolucionário e que foi absorvido de facto pelas cooperativas agrícolas, verificou-se a necessidade de escoar este excesso demográfico, apesar dos protestos e objecções levantados pela ameaça do desemprego. Barreto argumentou com a necessidade de substituir o desemprego camuflado de Crédito Agrícola de Emergência por investimentos maciços, que poderiam ser canalizados para a criação de emprego noutros sectores<sup>31</sup> e para mudanças de padrões de cultivo que acabassem com o “fetiche da cultura extensiva, da produção cerealífera, da grande

---

<sup>28</sup> Discurso de António Barreto, *Diário da Assembleia da República*, 19/7/1977.

<sup>29</sup> Entrevista realizada em 14/4/1999. Também o Eng. Carlos Portas, Secretário de Estado da Estruturação Agrária, salientou esse aspecto no seu discurso de 21/7/1977: “Quanto ao problema de dividir a terra por pequenos agricultores, ele é uma das linhas-motoras da actual equipa ministerial”, *ibidem*, p. 4709.

<sup>30</sup> Discurso de António Barreto, *ibidem*, 19/7/1977, p. 4586.

<sup>31</sup> Acrescentou o Eng. Carlos Portas, *ibidem*, 21/7/1977, p. 4699. A lei continuou a prever o acesso ao crédito bonificado para as explorações que por limitações de área não atingissem rentabilidade: “dessa maneira se criarão condições para que com a pecuária e com a exploração florestal se obtenham explorações que sejam substancialmente distintas das actuais.” O Secretário de Estado justificou ainda a o recurso ao crédito nas reservas: “só com profundos investimentos se tornarão empresas viáveis”.

mecanização (que utilizam) excesso de força de trabalho”, conjugado com medidas directas de apoio às cooperativas, à diversificação de cultivos e particularmente ao aumento da pecuária<sup>32</sup>. A existência das cooperativas não foi completamente posta em causa; porém os moldes do seu funcionamento teriam de ser alterados, o que ficou expresso nos objectivos da nova política agrícola deste governo, expostos também no discurso do Ministro: protecção e fomento da média empresa individual ou familiar e da associação de pequenas e médias empresas ou da associação livre de trabalhadores; reestruturação, fomento e diversificação das terras e das empresas expropriadas e nacionalizadas, a distribuir entre agricultores directos, famílias, associações e cooperativas de agricultores.

“Serão tomadas todas as precauções para que estas empresas possam investir e prosperar, através do crédito, dos investimentos, dos contratos-programa, de investimentos em infra-estrutura, de assistência técnica e de seguros de colheita. (...) Tais empresas serão viáveis se um grande esforço de intensificação, de diversificação e de investimento foi feito”<sup>33</sup>.

Entra-se, assim, numa era de “ordenamento cultural e ecológico visando o melhor aproveitamento dos recursos nacionais e uma adequação dos cultivos às regiões, à ecologia e aos solos”<sup>34</sup> e de dinamização da extensão rural e regionalização dos serviços, o que condiz com os objectivos mais tarde desenvolvidos a nível da Comunidade Económica Europeia no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) e que António Barreto resumiu em 1977 com as seguintes palavras:

“o objectivo fundamental desta política agrícola (é) o da consolidação de uma sociedade rural modernizada, concretizando-se num tecido social complexo e diversificado”<sup>35</sup>.

A intenção de adequar a agricultura portuguesa aos parâmetros comunitários foi reconhecida por Carvalho Cardoso, deputado do CDS, que salientou ser objectivo desta lei “a integração da nossa agricultura na economia europeia no mais curto prazo possível”, facto

---

<sup>32</sup> António Campos, Secretário de Estado do Fomento Agrário, especificou no seu discurso quais as culturas mais favoráveis e que seriam apoiadas: oleaginosas, sementes de girassol; tabaco (que “utiliza grande quantidade de mão-de-obra fora das épocas de ponta”); beterraba; produtos horto-frutícolas: “O aumento da capacidade de frio, com que o país está a ser dotado, permitirá estabilidade de preços (...) Ajudas preferenciais surgirão, em breve, para quem utilizar a técnica em solos adequados, com a utilização de sementes seleccionadas”. Previa-se ainda fomentar a criação de ruminantes, *ibidem*, 22/7/1977, pp. 4738-4740.

<sup>33</sup> Discurso de António Barreto, *ibidem*, 19/7/1977, pp. 4587-4588.

<sup>34</sup> Aproveitou para afirmar que a falta de atenção a estes factores tinham provocado “alguns dos mais graves erros da nossa agricultura passada: as campanhas do trigo, a expansão desordenada da vinha e do vinho a granel, a expansão desenfreada da pecuária sem terra e o desordenamento florestal”, *ibidem*, p. 4589.

<sup>35</sup> Estas palavras foram apoiadas pelo discurso do Deputado José Vitorino, do PSD, no qual foram salientadas as alternativas à agricultura: “enquanto não forem criados novos postos de trabalho em outras actividades, não será possível resolver o problema da agricultura e nomeadamente a garantia de trabalho e emprego nessa mesma agricultura no Alentejo e noutras zonas em condições de rendibilidade. (...) criação e desenvolvimento de indústrias e outras actividades (...) só se atingirão resultados substancialmente positivos se, ao mesmo tempo, se fizer uma política de ordenamento e de regionalização do investimento, numa perspectiva económica e geográfica global”, *ibidem*, 21/7/1977, p. 4695.

que constituiu motivo suficiente para o voto favorável deste partido, apesar das objecções levantadas:

“Só lamentamos que não se tenha ido um pouco mais longe em diversos aspectos”, como por exemplo a política de preços, a comercialização e a industrialização dos produtos agrários, o ensino e a formação profissional, a política de crédito e o esquema do seguro de colheitas. Manifestou-se também contra o limite dos 35.000 pontos para os proprietários absentistas, que considerou baixo. Este partido adoptou uma posição bastante original no que diz respeito ao fenómeno do absentismo, o qual, quando devidamente regulamentado, teria vantagens que, “do ponto de vista económico e social, sobrelevam muitas vezes as desvantagens”<sup>36</sup>.

No extremo oposto do expecto partidário, o deputado Veiga de Oliveira do PCP contestou a nova lei com a perspectiva de “abandono de grande quantidade de terras férteis de sequeiro e regadio e à sua transformação em pousios e coutadas, aramados, mato, etc.”<sup>37</sup>. Não longe da situação que se veio a verificar no Alentejo com a integração europeia, o seu discurso esqueceu apenas que o que era considerado negativo, segundo a posição oficial do Partido Comunista, foi, nas décadas seguintes, incentivado pela política de subsídios atribuídos pelos institutos criados especificamente para os distribuir. O que não deixa de ser lamentável, dada a situação de desertificação que se verifica nos campos do Alentejo e do mundo rural português e europeu em geral. Este tema foi desenvolvido por Michel Drain ainda em 1980, quando descreveu a situação do desemprego e do subemprego que levaram à emigração massiva para o estrangeiro, a qual foi dolorosa e custosa e levou a que

“La misère alimentaire a fait place à une misère culturelle que frappe principalement les enfants d’émigrés dépossédés de leur propre culture”.

A isto o autor chama uma sequela do sistema latifundiário<sup>38</sup>, mas no caso actual é uma consequência nítida da nova Política Agrícola Comum com a sua componente de desinvestimento nas culturas tradicionais e de protecção a áreas específicas, e da integração da agricultura europeia num contexto mundial que obriga à especialização e à eficiência económica em detrimento da questão social nos meios rurais.

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, 19/7/1977, pp. 4647-4649.

<sup>37</sup> *Ibidem*, 20/7/1977, p. 4652.

<sup>38</sup> A rotação dos trabalhadores entre a sua aldeia e as fábricas europeias contribuíram para a propagação de modos de vida urbana; nas regiões demograficamente deprimidas, isto conduziu a uma “dépopulation irréversible”, Michel Drain – “Latifundium et transformation...”, *op. cit.*, pp. 241-242. A questão da desertificação rural e das perdas culturais resultantes do êxodo rural não é novidade na produção científica e na literatura portuguesas, como se pode constatar com a recolha apresentada no capítulo 1 da 1ª parte.

## 1.2 – Aplicação da Lei Barreto: as desocupações de terras

É claro que a mudança não foi automática. Depois da purga política dos CRRA e das primeiras desocupações ainda no tempo de Lopes Cardoso, António Barreto conseguiu a substituição do governador civil de Portalegre, que era politicamente conotado com o Partido Comunista. Foi nomeado Júlio Miranda Calha, o deputado do PS que vimos a clamar na Assembleia contra as ocupações e que passou a ter um papel activo nas desocupações de terras por todo o distrito de Portalegre. Já foi referida a sua actuação na desanexação da Fundação Abreu Callado.

“as mais desgastantes intervenções das forças da autoridade – em particular da GNR –, aquelas em que tiveram de recorrer a mais importantes meios, incluindo blindados, foram efectivamente para expulsar ocupantes de cooperativas de trabalhadores rurais, como é o caso das três mais famosas, Abreu Calado, Monte da Comenda e Chafariz, em que o cerco e a invasão foi de suprema violência”<sup>39</sup>.

Outras desanexações lhe seguiram, o que foi descrito pelo antigo ministro Oliveira Baptista como uma vertente da política para abater a base social da Reforma Agrária e explorar conflitualidades existentes nas UCP, criando unidades de produção afectas ao PS<sup>40</sup>. Obviamente que a componente de luta política entre o PS e o PCP foi um factor decisivo para a aplicação destas medidas.

“Doutor António Barreto – As primeiras decisões foram para quebrar o dispositivo instalado pelo PCP, pelo Ministério da Agricultura anterior e pelo MFA”.

E os comentadores habituais não a ignoraram. Logo em Dezembro de 1976 o Deputado Carlos Brito atacou a nova política já a ser posta em prática:

“Por todo o Alentejo a Guarda Republicana movimenta-se com grande aparato bélico, fazendo executar pela força despachos governamentais manifestamente ilegítimos. Uma vez mais é o Governo que destabiliza e semeia focos de tensão; uma vez mais são os trabalhadores que dão provas de superior consciência política e, pela sua serenidade, barram o caminho aos provocadores contra-revolucionários”. E acrescentou que o exercício do direito de reserva estava a ser usado para destruir as UCP e que havia “sabotadores que vão beneficiar do direito de reserva (...) Na ofensiva contra a Reforma Agrária o Governo utiliza todas as armas; suspende o crédito agrícola de emergência, cortando os recursos às unidades colectivas de produção e às cooperativas”<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> António Barreto, *Diário da Assembleia da República*, nº 132, 19/7/1977, p. 4658.

<sup>40</sup> Oliveira Baptista – “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, pp. 422-423. O autor já tinha desenvolvido esta ideia no artigo “Reforma Agrária: distribuição de parcelas...”, *op. cit.*

<sup>41</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 57, 21/12/1976, pp. 1810-1811.

Enquanto a direita manteve uma atitude apreensiva e pouco crédula:

“Quando, em princípios de Dezembro passado, o Ministro da Agricultura, António Barreto, anunciou na RTP a sua intenção de proceder à entrega de terras ilegalmente ocupadas e de reservas a agricultores, apresentando mesmo um calendário de actuação, nasceram esperanças em muitos dos que já não acreditavam na determinação do Governo para repor a legalidade no Alentejo”. No entanto, passado um mês, “volta-se a duvidar de que o Governo seja capaz de cumprir o prometido”<sup>42</sup>.

A prioridade do novo ministro foi, sem dúvida, a resolução dos problemas dos pequenos e médios agricultores e garantir o acesso destes grupos a terras que estavam nas mãos das cooperativas. Como aconteceu com a “restituição” de uma herdade do distrito de Évora a 38 seareiros, seguida da tentativa de reocupação por parte dos membros da respectiva UCP. A intervenção da GNR obrigou os “invasores a abandonar a herdade”, caso que foi descrito pelo jornal *A Defesa* como “A contradança das desocupações”<sup>43</sup>. Vacas de Carvalho também descreveu numerosas situações destas na sua obra, comentando: “Que espécie de loucura é esta?” e afirmando que se vivia na região um “ambiente de puro terror...”, pois desde Março de 1976 que “o assunto reforma agrária era um assunto adiado, tal como o próprio País era um País adiado”<sup>44</sup>.

Face à multiplicação da resistência no terreno, António Barreto decidiu-se pelo envio de um aparato militar impressionante com objectivos claramente intimidatórios, além da cobertura televisiva e do cuidado especial com as vidas humanas que o ministro fez questão de salvaguardar, ordenando a utilização de balas de borracha.

“Doutor António Barreto – Eu tinha um medo, pânico, que houvesse mortos. Quando começamos a pôr a GNR cá fora, eu tive uma série de reuniões com os comandos da GNR, com os comandos do exército, com os serviços das Forças Armadas do Exército, com o Presidente da República. Fizemos uma série de reuniões militares e policiais. E a minha exigência era: ‘Eu quero que vocês vão às centenas de cada vez, não quero que vão 10’. Muitos militares não têm medo, poucos militares têm medo. Depois um grande aparato de metralhadoras instaladas em cima de tanques, em cima de *jeeps*, etc., muita gente, porque muita gente mete medo; 2º antes de a GNR ir eu queria que periodicamente, semana a

---

<sup>42</sup> Escrito em 22/1/1977, Vacas de Carvalho – *op. cit.*, p. 227.

<sup>43</sup> *A Defesa* (Évora), 6/4/1977, pp. 1-2.

<sup>44</sup> “mesmo que esta desocupação seja cumprida, será difícil que este rendeiro possa retomar em paz o seu trabalho, neste clima social que se criou pela falta de autoridade existente na região, e pela quase completa impunidade dos agressores (...) Os Sindicatos PC de Trabalhadores Agrícolas recusaram as entregas de terras a pequenos agricultores, e pressionaram as Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas para se oporem pela violência a essa devolução. A GNR teve de intervir em todos esses casos, e impediu durante dias a entrada dos agressores nas propriedades em causa. Os agricultores são fortemente intimidados, não só pelo cerco que têm de sustentar à volta das suas propriedades, tende de sair sob insultos e ameaças, sempre protegidos pela GNR, mas também pelo ambiente de tensão constante que se vive nesta região. Telefonemas anónimos...”, escrito em 8 e 22/1/1977, *op. cit.*, pp. 165, 216, 227-228.

semana, de 15 em 15 dias, fossem helicópteros do exército, não da GNR, que fossem pura e simplesmente passear.

– Para mostrar força?

Doutor António Barreto – Para mostrar que o exército... O MFA tinha estado 2 anos do outro lado. Era preciso mostrar que o exército já não estava contra a GNR, já não estava contra o governo. E eu tive uma reunião com o Eanes, o chefe do Estado Maior do Exército e o Jaime Neves, que era o chefe dos comandos. Expliquei o que queria e ele vira-se para mim e diz: ‘O que é que você quer, que eu vá dar uma mijinha debaixo do chaparro?’. E eu disse: ‘É exactamente o que eu quero!’. E ele foi.

– Com os tanques todos.

Doutor António Barreto – 10 helicópteros, 10 tanques, barulho, um sarilho medonho.

– Claro, era uma demonstração de força.

Doutor António Barreto – Finalmente, e ainda não é muito sabido, mas está na altura de se saber: a GNR não levou balas. Eu tirei as balas à GNR. Disse para a GNR só levar balas de madeira e de borracha. Eles tinham sido desarmados durante o PREC, em 75. A partir do 25 de Novembro eles foram rearmados. Voltaram a ter as armas deles, que eram armas antigas, aquilo não era grande coisa. Mas receberam outra vez as armas e tinham metralhadoras já, e umas *Mausers* e umas espingardas e tudo. Simplesmente, nas saídas da reforma agrária e tudo o que lhe dizia respeito, as ocupações, desocupações, entregas de reservas, etc., a ordem que vinha de cima era que levassem balas de borracha e balas de madeira, que não matam”.

Depois do corpo de choque da polícia ter sido saneado com a Revolução, e da GNR ter sido desarmada, o exército assumira durante o PREC uma função de ordem pública que não lhe competia. As forças de choque das polícias possuem geralmente meios dissuasores fortes, mas que em princípio não provocam a morte: jactos de água, balas de borracha, gás lacrimogéneo. Ora foi precisamente este tipo de acção que o António Barreto considerou necessário retomar para assegurar o cumprimento da lei. No fundo o ministro utilizou a estratégia de repor as forças coercivas da ordem que tinham sido eliminadas no 25 de Abril. O seu “pânico” aos acidentes mortais nas entregas de reservas estava relacionado, como é compreensível, com o aspecto moral da questão; mas pode associar-se também às consequências políticas de uma tal eventualidade e que se traduziriam no descrédito total na aplicação da sua política, o que veio a acontecer durante o governo de Maria de Lurdes Pintassilgo com as duas mortes que se verificaram em Montemor-o-Novo. António Barreto explicou-as precisamente pela subtracção do aparato militar e bélico nas entregas de reservas, o que criou situações de descontrolo emocional entre os soldados da GNR:

“Doutor António Barreto – No governo da Eng<sup>a</sup> Pintassilgo, que deu instruções contrárias e disse à GNR ‘vão pacificamente, vão dialogar’, houve mortos. Os únicos mortos de Montemor, os 2 mortos, são mortos porque a GNR vai cheia de medo. Estão 2.000 tipos aqui. Vão 10 ou 15 deles, eles vão borrados de medo, põem balas a sério. No primeiro incidente, pimba”.

Apesar da espectacularidade da acção do ministro António Barreto, as desocupações de terras no Alentejo nesta primeira fase da “contra-Reforma Agrária” tiveram uma dimensão espacial muito reduzida e pontual<sup>45</sup>. Em resumo, estas dividiram-se nas seguintes vertentes:

1. desanexações, como já vimos nos casos das Fundações Abreu Callado e Marques Ratão;
2. derrogação das expropriações “por se verificar a sua inexpropriabilidade” e/ou “a respectiva pontuação estar dentro dos limites estabelecidos para o direito de reserva”;
3. entrega de reservas a agricultores, proprietários ou rendeiros;
4. entrega para exploração dos prédios nacionalizados e expropriados mediante contratos de uso privativo.

Como podemos ver no anexo 18, em Avis apenas 14% das terras foram desocupadas nos anos de 1976 e 1977, obedecendo aos primeiros dois critérios. As desocupações do tempo de Lopes Cardoso foram precisamente de terras que não interessavam às cooperativas, como foi o caso da já referida *Caniceira*; ou de propriedades que não atingiam os limites mínimos para a expropriação e que, por esse motivo, tinham sido indevidamente ocupadas: o *Monte dos Frades* (125 ha), de Branca Mendonça Braga (ver cap. 4 da 2ª parte) no dia 13 de Fevereiro de 1976 (despacho de 8 de Fevereiro), logo arrendado compulsivamente à UCP 29 de Julho da Aldeia Velha; a *Cavaleira e Fonte Paredes* (177 ha), de Francisco Pais Ferreira no dia 1 de Outubro de 1976 (despacho de 18 de Setembro); a *Capela* (116 ha), do anterior presidente da câmara, Dr. Belo, foi a primeira a ter o despacho de desocupação no dia 11 de Março, mas foi entregue apenas no dia 13 de Outubro; e o *Vale de Pais* (287 ha), de Joaquim Costa, no dia 21 de Outubro de 1976. Já com António Barreto no ministério, nos primeiros três meses de 1977 foram entregues 3.408,6000 ha de terras, entre os quais os 1.728,7000 ha da Fundação Abreu Callado que foram desanexados. E de Outubro a Dezembro do mesmo ano mais 680 ha. Estas foram as propriedades que menos tempo estiveram ocupadas: entre 1 e 2 anos (ver anexo 17).

Os custos políticos da mudança de orientação da Reforma Agrária e sobretudo da aplicação das medidas tendentes à integração europeia não se fizeram esperar: o ano de 1978 foi marcado pela queda dos dois governos minoritários de Mário Soares. António Barreto já não fez parte do segundo, e foi substituído “por outro bastante marxista e incompetente”<sup>46</sup>:

---

<sup>45</sup> Da entrevista a António Barreto: “Eu acho que desocupar, não desocupe quase nada”. De facto no concelho de Avis desocupou mais de 4.000 ha.

<sup>46</sup> Rosado Fernandes – *op. cit.*, p. 6.

Luís Saias. As desocupações no concelho de Avis pararam por completo durante este governo.

Segundo o próprio António Barreto, Mário Soares teve de fazer um compromisso no que diz respeito à Reforma Agrária:

“– Dentro do governo houve apoio total à acção?

Doutor António Barreto – Houve, durante 1 ano e tal. Depois, a partir de Outubro / Novembro de 77, não. Nessa altura o PS não tinha votos, não tinha orçamento. Precisava de aprovar um orçamento para o ano seguinte. O Soares chamou-me e disse: ‘Eu quero que você negocie com o PC. Se você der ao PC o que o PC quer, eles votam o orçamento e o governo continua’. E eu disse-lhe: ‘Mas isso é trair a minha política anterior’. Ele respondeu: ‘Não é bem trair; se for você a fazer, as pessoas confiam em si’. E eu disse: ‘Não, se for eu a fazer, desonro-me. Você fica bem, como 1º Ministro, os outros ministros ficam todos bem, mas eu fico desonrado’.

– Foi por isso que saiu, então?

Doutor António Barreto – Sim. E chegou a haver negociações, mas não comigo. As negociações, do lado do PS, foram feitas pelo António Campos, pelo António Reis, pelo Jorge Campino, e do lado do PC foram o Vítor Louro, o Carlos Brito, o Gervásio...”

De qualquer modo o Segundo Governo Constitucional de Mário Soares não teve vida longa<sup>47</sup> e foi seguido por dois governos do PSD: o primeiro liderado por Nobre da Costa e o segundo por Mota Pinto, cujo Ministro da Agricultura e Pescas, Apolinário Vaz Portugal, teve um papel fundamental no despacho da grande vaga de desocupações iniciada logo em Novembro de 1978. De facto, e como escreveu Pedro Hespanha, a Lei Barreto fora “um diploma elaborado com a preocupação de dotar o estado dos mecanismos institucionais necessários para proceder à reorientação da reforma agrária”, mas as “condições políticas para a distribuição de terra” ainda não estava criadas<sup>48</sup>. Com o 4º Governo Constitucional o caso mudou de figura: de novo analisando o anexo 18 constatamos que foi nesta data o início do maior surto de entregas de reservas no concelho de Avis, que se prolongou até Setembro de 1980 e representou 50% de todas as desocupações de terras. Para tal contribuiu significativamente a vitória da AD – Aliança Democrática nas eleições de Dezembro de

---

<sup>47</sup> Medeiros Ferreira descreve este processo como um custo político integração europeia: “O pedido de adesão à CEE e as expectativas sobre os benefícios a virem das novas leis básicas (reforma agrária, indemnizações, delimitação dos sectores económicos) são suficientes para afogar a crescente conflitualidade social. O custo político é elevado: o PS perderá as eleições seguintes...”, *op. cit.*, p. 146.

<sup>48</sup> Pedro Hespanha – “A Distribuição de Terras a Pequenos Agricultores. Uma política para ‘Desproletarizar’ a Reforma Agrária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Fev. 1986, pp. 382-384; e *idem* – “La ‘Déproletarisation’ ...”, *op. cit.*, p. 124.



1979<sup>49</sup> e o papel de Cardoso e Cunha, o novo Ministro da Agricultura do 6º Governo Constitucional.

“LMGC – Quem entregou o Alentejo todo foi o Cardoso e Cunha. Activou a GNR. Fizeram a coisa como Deus manda. ‘O processo está completo? Entregue-se’. Vontade de cumprir o que estava no papel”.

Nestes dois anos foram desocupados 17.336,8647 ha em Avis, os quais provocaram perdas consideráveis nas cooperativas do concelho. Com pode ver-se no anexo 15, as UCP *21 de Fevereiro*, de Benavila, *Figueira do Alentejo*, de Figueira e Barros, e *Unidade*, do Ervedal, perderam, cada uma cerca de 80% da sua área inicial. A de Valongo ficou apenas com 8,91%. A *29 de Julho*, da Aldeia Velha, ficou com 43,22% e a mais forte de todas, a *1º de Maio*, resistiu com 80,67% da sua área inicial. Isto deve-se ao facto desta UCP ter um suporte partidário e financeiro bastante mais poderoso que as restantes, sendo capaz de contrapor os processos de entrega de reserva com processos judiciais colocados ao Supremo Tribunal Administrativo.

No que dizia respeito às desanexações e à entrega de propriedades que não atingiam os limites mínimos de expropriabilidade, casos que corresponderam de facto às primeiras desocupações no concelho de Avis, as cooperativas não puderam fazer muito mais do que acções de intimidação, algumas violentas, outras menos, mas sem qualquer suporte legal. Quanto à entrega de reservas, o seu processo foi descrito pelo Eng. Barrocas Dordio, que na altura trabalhava na Direcção Regional da Agricultura, em Évora, um serviço do MAP – Ministério da Agricultura e Pescas:

“Eng. Barrocas Dordio – Os proprietários faziam o pedido da reserva ao CRRA. Isso depois tinha um encaminhamento para nós, que víamos se a pessoa tinha direito à reserva ou não, fazia-se a análise técnica da área a que tinha direito. A pontuação, as áreas. Tudo isso feito, o processo era homologado e seguia para o Secretário de Estado da Reestruturação Agrária e era ele que despachava. E depois era publicado no *Diário da República*. As desocupações eram programadas semanalmente com a GNR e com um elemento do Governo Civil. Tudo isto era desencadeado pela Direcção Regional e nós estávamos no meio daquela guerra. Porque aquilo era um processo político, aquilo era uma guerra. Não me mataram a mim porque não calhou, à minha família porque não calhou, mas ameaças tínhamos todas as noites lá para casa”.

A UCP *1º de Maio* foi um exemplo de resistência não só física por parte dos seus trabalhadores, mas também pelas vias judiciais à disposição na altura, o que atrasou consideravelmente os processos e fez com que algumas desocupações se realizassem em três

---

<sup>49</sup> *Ibidem*.

fases sucessivas. Segundo o artigo 6º do Decreto-Lei nº 493/76, de 23 de Junho, “as reservas só devem ser delimitadas nas antigas propriedades se não afectarem a viabilidade económica das UCP”<sup>50</sup>. Ora foi precisamente este o argumento utilizado pelas UCP, reforçado pelo disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 256-A/77, de 17 Junho<sup>51</sup>. No entanto, grande parte destes recursos não teve resultados práticos. O governo esteve nestes anos com força política para agir e algumas decisões do tribunal a favor das UCP foram mesmo ignoradas, dando azo a um debate parlamentar violento que repetiu o do Verão de 77 quando se discutiu a Lei Barreto. Os deputados do PCP especialmente atacaram esta “política de reconstituição do latifúndio” e expuseram vários casos de entregas de reservas no concelho de Avis que tinham sido levadas ao referido tribunal. Joaquim Miranda da Silva, por exemplo, denunciou a suspensão da entrega de uma reserva a uma proprietária de Avis, por acórdão do tribunal, pelo seguinte motivo:

“A execução do mesmo acto determina prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação quando priva o recorrente (neste caso a *1º de Maio*) de considerável área do terreno onde ele exerce a sua actividade económica, assim comprometendo gravemente o exercício desta, e ainda quando faz suspender a exploração agrícola do prédio, objecto de reserva onde se emprega habitualmente grande número de trabalhadores e no decurso da qual foram feitos diversos investimentos e benfeitorias e se encontram feitas sementeiras e explorações agro-pecuárias”<sup>52</sup>.

Em geral os deputados deste partido acusavam o MAP de agir

“com o intuito de retirar as terras às UCP e cooperativas, com o intuito de as destruir, com o intuito de prejudicar os trabalhadores e favorecer os agrários (...) ‘para os amigos, mãos rotas’. Para os inimigos, todos os vigores da GNR (...) membros do Governo e seus mais directos colaboradores tenham sido fundamentalmente acusados de actos de corrupção (...) o mais completo repositório de escândalos, de violências, de corrupção (...) as reservas entregues são pagas pelos agrários à razão de 300 contos cada uma...”<sup>53</sup>.

“desde Outubro de 1978, aquela tristemente célebre equipa do MAP, utilizando fortes dispositivos de forças da GNR, tem batido como um tufão o distrito de Portalegre (...) entregou já mais de noventa reservas, com as quais atingiu quarenta UCP (...) brutal ofensiva desenvolvida em toda a zona da Reforma Agrária (...) espancamentos e investidas de cães de que resultaram dezenas de trabalhadores feridos”. O MAP estende por todo o distrito “o negro manto da fome” e age como uma “monumental agência de reservas”<sup>54</sup>.

---

<sup>50</sup> Ver anexo 3 e comentário de Vale Estrela, *op. cit.*, p. 243.

<sup>51</sup> Recorriam também ao art. 10º do Decreto-Lei nº 81/78, que obrigava à notificação das cooperativas: estas alegavam que não tinham sido notificadas.

<sup>52</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 26, 6/3/1980, p. 1086.

<sup>53</sup> *Ibidem*, nº 15, 7/12/1978, p. 489 e nº 37, 14/1/1982, p. 1462.

<sup>54</sup> Deputado Dias Ferreira, do PCP, *ibidem*, nº 37, 13/3/1979, p. 1266-1267.

E por toda a esquerda multiplicaram-se as denúncias de corrupção entre os funcionários do ministério, inclusivamente por parte dos deputados do PS, que nesta época se aliaram ao PCP e chamaram descaradamente desonesto ao ministro e aos secretários de estado:

“A Lei da Reforma Agrária está a ser ultrapassada pelo Ministério da Agricultura”<sup>55</sup>.

“lamentamos profundamente que o actual Secretário de Estado da Estruturação Agrária não cumpra a lei (...) é um homem que nós, socialistas, duvidamos que seja capaz de não só cumprir a lei como também de desempenhar honestamente o lugar que ocupa...”. E segue com acusações de favorecimento a pessoas ligadas à CAP e a alguns proprietários de Avis: “as reservas, de facto, estão a ser entregues aos amigos e não a quem delas tem direito (...) “hoje há ilegalidades (...) prepotência e corrupção no MAP”<sup>56</sup>.

e o ataque aos “restantes órgãos de soberania” e a “todo o aparelho do Estado democrático” por causa do

“desprezo, pelo Governo, de decisões judiciais, como sucedeu há dias em Avis com a entrega de uma reserva na Cooperativa 1º de Maio contra decisão do Supremo Tribunal Administrativo. Este pode ser um novo passo na escalada antidemocrática do Governo, tomando aspectos gravíssimos para a segurança dos cidadãos e para a dignidade dos órgãos de Soberania...”<sup>57</sup>.

“brutal e atentatória da legalidade democrática (...) aprofundamento da ofensiva contra a Reforma Agrária (...) monstruosa provocação ao regime democrático (...) o que se confirma é um plano de liquidação da Reforma Agrária (...) ostensiva prepotência e provocatória ilegalidade (...) clara violação da própria Lei Barreto”<sup>58</sup>.

“Assiste-se nos últimos dias a um ataque desenfreado contra as UCP e cooperativas. Roubam-se terras, violam-se as decisões dos tribunais, violam-se as leis que consideravam ilegais algumas entregas de reservas. É o revanchismo dos grandes senhores das terras alentejanas. É o ataque daqueles que nunca nada produziram (...) dos grandes patrões, dos latifundiários, dos ‘senhores do passado’, cada vez mais enfeudados ao imperialismo americano e contra os interesses e anseios do povo português”<sup>59</sup>.

“A convicção generalizada é que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral está nas mãos dos latifundiários. Esta convicção traduz a realidade (...) são actualmente os latifundiários que tomaram posse directa e pessoal dos comandos dessa máquina infernal de reconstituição do latifúndio em que se converteu o MAP. A CAP domina o MAP”, e diz que José Manuel Casqueiro é um “superministro da Agricultura”<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> Deputada Ludovina Rosado, do PS, *ibidem*.

<sup>56</sup> Deputado António Campos, *ibidem*, nº 15, 12/2/1980, p. 566 e nº 31, 25/3/1980, p. 1274.

<sup>57</sup> Deputado Luís Catarino, do MDP/CDE, *ibidem*, nº 18, 21/2/1980, p. 667.

<sup>58</sup> Deputado Joaquim Miranda da Silva, do PCP, *ibidem*, nº 12, 31/1/1980, p. 430.

<sup>59</sup> Deputado Mário Tomé, UDP, *ibidem*, nº 13, 5/2/1980, p. 474.

<sup>60</sup> Deputado Carlos Brito, do PCP, *ibidem*, nº 32, 27/3/1980, p. 1316.

A quarta modalidade, a entrega de parcelas de terra para arrendamento, teve como suporte teórico a Lei Barreto<sup>61</sup>, completado com o Decreto-Lei nº 111/78<sup>62</sup> que especificou os casos previstos na anterior, aos quais se somou a legislação que ficou conhecida pelo nome de *Arrendamentos de Sá Carneiro*, apesar da sua emissão ter sido iniciada no 4º Governo de Mota Pinto e completada no 8º Governo de Pinto Balsemão. Estas famosas *leis* consistiram na atribuição a agricultores, que provassem retirar da agricultura os seus principais rendimentos, de pequenas parcelas de terras expropriadas “mediante contratos de uso privativo” de arrendamento, o que incentivou a divisão das terras das cooperativas (ver Portarias nº 246/79, de 29/5/1979, e nº 797/81, de 12/9/1981<sup>63</sup>), o veio introduzir uma proposta diferente de Reforma Agrária. De um projecto estruturado na colectivização e em grandes unidades de produção, voltou-se às velhas propostas de parcelamento da terra, o que acabou por ter resultados mais duradouros, pois, para o grupo dos pequenos seareiros e rendeiros, esta era uma proposta muito mais atraente que a primeira. Quanto aos trabalhadores das UCP, o que se veio a revelar é que, apesar da resistência inicial, a longo prazo grande parte deles até acolheu com satisfação o afastamento definitivo da actividade agrícola, pois tratava-se de uma população rural a caminhar para o envelhecimento e as novas gerações tinham outras habilitações e outros interesses profissionais que as atraíam para outros sectores da actividade ou mesmo para outras regiões ou países<sup>64</sup>.

Tal como os processos anteriores, também este não foi pacífico. Pelo contrário, provocou algumas das mais violentas cenas de confronto social, mais ainda que as próprias ocupações. Em conjunto com as entregas de reservas aos proprietários expropriados, a entrega de parcelas de terras aos rendeiros originou um movimento que ficou na memória de todos os envolvidos. E ainda hoje dá origem a sentimentos exaltados e a opiniões controversas, especialmente devido ao grupo social beneficiado. Algo é, no entanto, consensual em todos os comentários: a intencionalidade dos governos PSD em abater as UCP e a base social de apoio

---

<sup>61</sup> Que já previa no seu artigo 50º: “Os prédios expropriados ou nacionalizados são entregues para exploração a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores”, e no artigo 51º: “A entrega para exploração dos prédios expropriados ou nacionalizados pode ser efectuada mediante: a) concessão de exploração; b) licença de uso privativo; c) arrendamento rural; d) exploração de campanha...”

<sup>62</sup> Ver análise da evolução legislativa no artigo de António Campos – “Alguns aspectos da regulamentação da entrega, para exploração, de terras nacionalizadas e expropriadas na Z.I.R.A. ”, *Economia e Sociologia*, nº 44, Évora, 1987, pp. 31-55.

<sup>63</sup> Esta legislação retomou os objectivos da Junta de Colonização Interna, ver o Decreto-Lei nº 27.207, de 16/11/1936. Foi completada com as Portarias nº 427-A/84 e 427-B/84, de 29/6/1984, que incluíram novos critérios para a selecção dos rendeiros: ser jovem agricultor, formação profissional e fazer agricultura familiar.

<sup>64</sup> Ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado – “Recomposição Socioprofissional...”, in António Reis (coord.) – *op. cit.*, p. 313.

à Reforma Agrária, o que constituiu um “golpe político que prejudicou largamente toda a facção comunista e desmotivou os trabalhadores que se encontravam nas Unidades Colectivas de Produção”<sup>65</sup>, além de ter criado uma “tropa de choque” contra a Reforma Agrária<sup>66</sup>:

“Trata-se, uma vez mais, de uma operação que serve por inteiro os interesses e os objectivos dos latifundiários. Trata-se da tentativa de arregimentar alguns pequenos agricultores como tropa de choque do ataque à Reforma Agrária (...) onde seria demasiado escandaloso entregar directamente a terra nacionalizada aos latifundiários começa-se (primeira fase) por reparti-la em pequenos talhões inviáveis como explorações económicas, atribuindo-os a pequenos agricultores, para depois (segunda fase), com a ruína destes, se operar a transferência das terras para as mãos daqueles para quem o MAP verdadeiramente trabalha – os latifundiários”<sup>67</sup>.

“Prof. Rosado Fernandes – O que valeu foram as Leis de Sá Carneiro. E a verdade é que a coisa tinha continuado indefinidamente se não tem havido aquela medida. No dia em que começaram a entregar pedaços de terra as cooperativas comunistas desfizeram-se em merda, filha!

– Então a Lei Barreto foi pouco significativa na altura?

Prof. Rosado Fernandes – Não, foi significativa como intenção. Aquilo foi um passo já enorme, mas praticamente não foi nada aplicado porque depois ele foi corrido. Mas abriu uma via de pensamento... O que de facto escaqueirou aquilo foi terem começado a entregar terras a rendeiros. Mas com a crise agrícola que há eles não vão subsistir se tiverem que pagar as rendas regularmente. Foi o preço que houve a pagar.

– Os ocupados estão furiosos com isso.

Prof. Rosado Fernandes – Pois estão, mas se calhar se não fosse isso não tinham nada”.

“Eng. Barrocas Dordio – A intenção era fazer frente às UCP. Tirar-lhes bocados e criar uma frente, que era a dos adversários, os pequenos agricultores. Formar, ao fim ao cabo, uma classe de pequenos agricultores reforçada.

– E resultou?

Eng. Barrocas Dordio – Não resultou. Não podia resultar. Os critérios são sempre subjectivos. Por muito objectivos que queiram ser na atribuição dessas terras, há depois outros critérios que convencem, critérios de ordem política. Quem tinha cartão dourado de um certo partido tinha mais acesso à terra do que os outros. Nessa altura era o PSD.

– Mas eles ao menos trabalham-nas?

Eng. Barrocas Dordio – Pouquíssimas dessas terras estão trabalhadas. Poucas dessas pessoas conseguiram vingar como agricultores. Quase todos foram para outras actividades, praticamente ninguém explora aquilo. Esses transformaram-se depois em absentistas, absentistas criados pelo regime”.

---

<sup>65</sup> Rosado Fernandes – *op. cit.* p. 6.

<sup>66</sup> Olivier Balabanian e Guy Bouet chamaram a este processo “A reforma agrária parcelizante. A última esperança”. E comentaram: “Sá Carneiro considerava que as estruturas agrárias da Europa húmida constituíam um modelo que não era tarde demais para imitar (...) Queria-se combater o Partido Comunista e as UCP’s, mas não se podia voltar simplesmente ao estado anterior, porque os latifundiários tinham muito má imagem política. Pensava-se também ganhar muitos votos distribuindo terra a pequenos agricultores”. Quanto aos resultados: “parecem-nos muito desiguais”, mas “à parte algumas excepções, as courelas em terras pobres são insuficientes para viver. O melhor ainda é servirem de complemento a outra actividade”, *op. cit.*, pp. 125-126, 141.

<sup>67</sup> Deputado Carlos Brito, do PCP, *Diário da Assembleia da República*, nº 32, 27/3/1980, p. 1317.

De facto ninguém ficou satisfeito com os novos *rendeiros* que foram impostos tanto às cooperativas, retirando-lhes partes importantes da sua área de cultivo, como aos proprietários que receberam as suas herdades com estes *apêndices* indesejados<sup>68</sup>.

“Dr. José de Carvalho – Isso foi um verdadeiro disparate. Deixou uma batata quente que nunca mais se resolve. Pode-se lá aceitar num país democrático, num estado de direito, que eu tenha terras minhas durante 20 anos nas mãos de um *rendeiro*? Que foi escolhido a dedo, nem sequer agricultor era. Isto é um verdadeiro escândalo a nível nacional. Andaram a inventar *rendeiros* que não eram *rendeiros*. Eram pessoas que se diziam da cor do PSD para tomar conta das terras que eram tiradas ao partido comunista. Havia uma UCP, havia ordem de a desfazer, mas tinham de arranjar agricultores e não havia agricultores. Então iam inventar uns reformados de África... Velhos, que se constituíam como futuros agricultores. E distribuíam a cada um 70 ou 80 ha. Ficavam na terra e punham na rua os comunistas. Eles tiveram um certo valor na altura da coisa quente, porque fizeram frente à ameaça de castanha do partido comunista. Mas atenção: estavam a defender a própria barriga e a própria economia. Davalhes uma coisa de mão beijada, que eles não tinham.

– E eles trabalharam as terras, ao menos fizeram alguma coisa?

Dr. José de Carvalho – Uns mais, outros menos. Alguns punham lá gado, outros punham um tractor.

– E aqui?

Dr. José de Carvalho – Aqui no Padrão houve só dois ou três casos, mas que se resolveram amigavelmente. Quando nós tomamos conta, entregaram tudo.

– Eles saíram?

Dr. José de Carvalho – Saíram e honra lhes seja feita. Mas era outro tipo de gente, eram mesmo agricultores. Tinham consideração e respeito pela casa. Então ficaram 10, 12, 15 anos. Ainda há um a fazer uma seara este ano, com o bocado de terra que tinha”.

“Dr. Pedro de Carvalho – Não há um único contrato que não tenha sido feito por pessoas mal intencionadas.

– O Sr. Dr. também teve?

Dr. Pedro de Carvalho – E tenho. Pois, aí é que está. Veja lá, eu que nunca arrendei nada na minha vida, tenho agora 4 *rendeiros*, uns oportunistas. E tive 6. Consegui que 2 saíssem a troco de eu lhes pagar. Mas esses 4 *rendeiros* estão a dar cabo de tudo. A exploração é toda anti. Anti-normal. Uma intensidade de tal ordem que as árvores morrem, todos os anos secam centenas de árvores, estragam tudo, já não há cultura, porque estão a querer tirar dinheiro o mais possível. (...) A ideia que eu tenho é que o Sá Carneiro queria fazer focos de infiltração no Alentejo e que assim conseguia fazer o PSD ganhar e eliminar o PCP. Teoricamente conseguiria eliminar o comunismo do Alentejo. O que é certo é que a minha família nunca arrendou nada durante 4 ou 5 séculos e agora tenho *rendeiros* que ainda por cima me pagam uma renda péssima”.

---

<sup>68</sup> O único comentário positivo que ouvi foi o do Brig. Pezarat Correia: “Esse foi dos ataques às cooperativas o que eu menos condeno. Porque ao menos foi para dar algumas parcelas de terra a trabalhadores autónomos, pequenos proprietários, e não foi para devolver aos latifundiários, porque estes o que quiseram foi transformar aquilo em coutadas de caça”, entrevista citada.

Segundo os dados apresentados por Afonso de Barros, até 1980 foram distribuídos 10.928 ha de terras a agricultores individuais no distrito de Portalegre, que corresponderam a 8% de terras retiradas às NUP e beneficiaram 196 agricultores (cada um recebeu uma área média de 56 ha)<sup>69</sup>. Entre os aspectos negativos do processo, o autor salientou a falta de apoio social para se efectuar a reconversão das grandes unidades para a agricultura familiar, o envelhecimento dos pequenos agricultores e a falta do domínio das técnicas modernas que viabilizam uma exploração familiar<sup>70</sup>. Outros factores muito mais “preocupantes” foram analisados por Pedro Hespanha, que apurou os grupos sócio-profissionais que beneficiaram desta política a que chamou de “desproletarização” agricultura alentejana<sup>71</sup>. No seu estudo de caso, o autor encontrou sobretudo comerciantes, condutores de tractores e de máquinas agrícolas, retornados das ex-colónias, quase todos com um passado agrícola como trabalhador ou pequeno agricultor, o que terá obedecido à estratégia “selecção de um grupo heterogéneo de candidatos que, pelo seu distanciamento em relação à UCP e pelo seu passado agrícola, correspondem ao perfil implícito no projecto de restauração da grande propriedade fundiária e de reforço do capitalismo agrário”<sup>72</sup>.

“La stratégie du gouvernement s’appuyait sur une partie de la population marginalisée par la Réforme Agraire ou par la décolonisation; il entendait y recruter la masse de bénéficiaires de la nouvelle politique, comptait sur la soif de revanche ou sur le mirage d’un enrichissement facile (...) L’Etat avait capitalisé les mécontentements, il pratiquait des loyers modestes...”

No entanto, a falta de apoio técnico e financeiro por parte do Estado obrigou estes novos agricultores a realizarem explorações medíocres e “pratiquement toutes ces exploitations ont fini par fonctionner en complément d’autres activités”<sup>73</sup>.

Também em Avis alguns dos *rendeiros de Sá Carneiro* tinham profissões que nada tinham a ver com a actividade agrícola. Houve comerciantes e emigrantes retornados de França ou de outros países europeus que de repente se tornaram agricultores, sem nunca o terem sido. Mas em geral foram os tradicionais rendeiros, os antigos alugadores de máquinas e os seareiros que tomaram conta dessas terras. Alguns saíram das cooperativas para isso<sup>74</sup>.

---

<sup>69</sup> Em Évora foram distribuídos 15.755 ha, também correspondentes a 8% e em Beja 9.332 ha, que retiraram 5% das terras das NUP, Afonso de Barros – “Le problème du sud...”, *op. cit.*, p. 128.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>71</sup> Expressão também usada por Bernard Roux: “le retour à l’agriculture capitaliste et l’engagement démagogique et insignifiant vers la distribution individuelle de terres ont largement vidé de son sens et de ses forces le projet prolétarien”, “Le démantèlement...”, in Bernard Roux (dir.) – *op. cit.*, p. 25.

<sup>72</sup> Pedro Hespanha – “A Distribuição de Terras...”, *op. cit.*, pp. 401-402.

<sup>73</sup> *Idem* – “La ‘Déproletarisation’...”, *op. cit.*, pp. 134-135.

<sup>74</sup> O *Jornal do Agricultor* de 16/1/1981 refere que “entre outros contemplados desta vez contam-se ex-cooperantes de uma das chamadas ‘unidades colectivas de produção’, os quais resolveram libertar-se das ‘benesses’ da agricultura colectivista

Sem dúvida que as solidariedades com o projecto da UCP foram postas à prova. E a iniciativa privada ganhou. Quanto à forte dependência clientelar em relação aos antigos patrões (ou a colaboração directa com os proprietários) referida por Pedro Hespanha<sup>75</sup> e por Oliveira Baptista<sup>76</sup>, em Avis passou-se exactamente o contrário, pois, como já vimos, os antigos proprietários encararam estes novos rendeiros como ocupantes, tanto como os ocupantes anteriores, e as relações que estabeleceram com eles foram muito pouco amigáveis.

“Dr. Eurico Pais – Quando veio o 25 de Abril ocuparam-lhe tudo e ele marcou como reserva a terra da Piedade Dias, as *Casas Altas*. Como lavrador também tinha direito (referia-se a Manuel Saias, o empresário agrícola de searas de tomate descrito no capítulo 2 da 1ª parte). A Piedade não gostou, chamava-lhe comunista. Ele depositava a renda no banco em nome dela. Ela pô-lo em tribunal...”

“Dr. Luís Pina – Quem virou isto completamente em 1980 foi o Sá Carneiro. Esse virou isto completamente do avesso. Ainda hoje se fazem sentir as coisas que ele fez. Como por exemplo a entrega disto aos rendeiros. Foi uma coisa do governo dele. Mas ele, ao entregar estes bocados aos rendeiros, *e nós ainda somos vítimas*, desmantelou num ano tudo o que era comunismo. Desapareceu. Porque estimulou outra coisa que é a ganância do lucro. Que é o que todas as pessoas querem. É uma ideia genial. O gajo entrega estes bocados de terra às pessoas. Vai tudo, comunistas e não comunistas, PDS, PS, ia tudo buscar aqueles bocados de terra de renda, e tendo uma coisa deles, tornavam-se totalmente diferentes dos comunistas. Aí já não queriam partilhar as coisas. Já tinham uma coisa que era deles, então, a partir daí, as mentalidades, as filosofias transformam-se completamente.

– Então isso ajudou a desmantelar as cooperativas?

Dr. Luís Pina – Ajudou, não. Quanto a mim foi o grande motivo.

– Mas para os proprietários não foi assim tão bom?

Dr. Luís Pina – Não, não foi. Desmantelou o comunismo, mas prejudicou-nos a nós”.

Com a perspectiva de trabalhar por *conta própria*, em vez de trabalhar para uma cooperativa que ainda por cima não distribuía lucros e nem sequer tinha a tão apregoada *gestão democrática*, e onde já vimos que os líderes se comportavam como *novos patrões*, um certo grupo mais dinâmico e com características mais independentes foi eficazmente atraído a este engodo de ter acesso a uma lavoura própria, ser “patrão de si mesmo”. Foi o caso do já referido Sarraça, o alugador de máquinas que saíra descontente da *1º de Maio* e que já tinha “arranjado umas vacas” e estava a trabalhar “por sua conta”. Trabalhava também no lagar da antiga Cooperativa Agrícola de Avis, entretanto também desocupada em Outubro de 1977.

---

para se tornarem homens inteiramente livres de si mesmos e do seu trabalho através do cultivo de parcelas de terra confiadas à sua exclusiva responsabilidade”.

<sup>75</sup> Pedro Hespanha, *op. cit.*, pp. 130-131.

<sup>76</sup> Que escreveu que o objectivo desta política de distribuição de terras era “constituir uma base social que apoiasse a reconstituição do latifúndio e das grandes explorações capitalistas”, “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, p. 424. O autor também tratou este tema nos artigos citados: “Lei 77/77...” e “Reforma Agrária: distribuição de



“Sarrafça – Fui trabalhar para o lagar e nessa altura, quando eu acabei de receber o resto do dinheiro lá da cooperativa, comprei logo um tractor e um reboque em segunda mão *além* ao senhor Saias. Ainda fiz uns biscates para uns seareiros *além* em *Camões*. Depois foi então quando veio esta coisa das parcelas, do arrendamento, das reservas, foi quando concorri para aqui. Tenho uma reserva na herdade de *Granel*, eu e o meu filho, o Mário Varela e mais um senhor do Ervedal, o Zé Serafim. Fiquei com 66,5000 ha. Na altura aquilo foi ocupado e depois foi desocupado e o Estado é que nos entregou a nós. E depois tínhamos de fazer o contrato com os proprietários. Primeiro fizemos o contrato com o estado (em 1981), depois em 1987 fizemos um contrato de mais 19 anos com os senhorios. Alguns dos herdeiros queriam que nós saíssemos, mas nós dissemos que o Estado é que nos pôs aqui, daqui não saímos.

– E o senhor cultivava aquilo?

Sarrafça – Faço searas, tenho lá gado.

– E o seu filho também é agricultor a tempo inteiro?

Sarrafça – Sim.

– E esses 66 ha dão para viver bem?

Sarrafça – Está difícil por causa dos anos e às circunstâncias.

– Aquela terra tem acesso à água?

Sarrafça – Não tem. Tem lá uma barragem que eu fiz para bebedouro para o gado, mais nada. Tudo aquilo que lá se faz dá prejuízo e se não fossem os subsídios a gente não podia. E com a reformazita... O meu filho tem um tractor e faz serviços por fora para outras pessoas”.

Para lhe entregarem as terras ele teve enfrentar a resistência dos trabalhadores da cooperativa. No dia da entrega, quando ele foi tomar conta da sua parcela, teve uma invasão de trabalhadores da cooperativa a insultarem-no e a tentarem intimidá-lo. Sarrafça argumentou que era trabalhador como eles e que já tinha trabalhado com eles na cooperativa, acrescentando que o Estado tinha-lhe dado aquele bocado de terra para trabalhar e que dali não saía. Ainda boicotaram o seu acesso à terra durante 3 meses.

### **1.3 – Resistência local ou as *cowboyadas* dos *meninos* contra os *comunistas*, desta vez com o apoio da GNR**

Foi este o ambiente em Avis nos anos de 1978 a 1980, sobretudo nos respectivos Verões quentes. Já vimos o caso do espancamento de Inácio Ramalho por parte dos antigos ocupantes da herdade que arrendava. Mas do outro lado da barricada também alguns apanharam umas sovas ou pelo menos uns sustos valentes. Um caso em especial chegou ao parlamento:

---

parcelas...”. Também Álvaro Bandarra e Nelly Jazra descrevem este processo como parte do plano de aliança entre a burguesia e os pequenos agricultores, “Les luttes sociales...”, in Bernard Roux (dir.) – *op. cit.*, p. 69.

“O que se passou ontem em Avis, no Alentejo, José Luís Correia da Silva, presidente da Câmara local e membro do Comité Central do Partido Comunista Português, que na sequência de uma questão levantada entre a Câmara Municipal e o destacamento local da GNR foi atraído ao posto do GNR, preso durante horas e espancado, insere-se, a nosso ver, em práticas provocatórias, que urge eliminar, vindas do Governo Mota Pinto...”<sup>77</sup>.

“A GNR tem tido uma actuação no Alentejo que além de assassinar trabalhadores e de torturar, como torturou, o presidente da câmara de Avis (...) clima de terrorismo e de intimidação juntos dos assalariados rurais, pela forma como avança para roubar as reservas para aqueles que as vão receber e que, esses sim, é que estão ligados a todas as formas de terrorismo e de repressão...”<sup>78</sup>.

Na entrevista que me deu, José Luís Correia da Silva não fez referência a este caso. Duvido bastante que tenha chegado a acontecer. Mas os ânimos estavam exaltados e as cooperativas do concelho de Avis fizeram tudo o que tinham ao seu alcance para impedir as entregas de terras. Traquinas falou-me de “umas lambadazitas”.

“Traquinas – Depois quando foi nas desocupações, quando começaram a tirar, pronto, as reservas, aí é que já foi pior. Aí é que já teve guarda, já metia, sei lá...

– E o sr. participou nisso?

Traquinas – Sim, participei.

– Em quais?

Traquinas – Aqui no concelho de Avis participei nelas todas.

– E os senhores estavam lá para não deixar entregar as terras?

Traquinas – Sim, as pessoas estavam lá que era para dizer que não queriam entregar as terras. Parte delas até estavam semeadas, outras estavam de regadios, enfim.

– E o sr. estava lá nessas entregas? E o que é que faziam? Chegavam os donos e diziam que era deles? Como é que era?

Traquinas – Os donos, quando apareciam, quando *chigavam*, iam acompanhados da guarda. E as pessoas estavam lá, assim como nós estamos aqui, de braços a abanar. Depois aparecia a guarda com espingardas, e tal e tal, e...

– Chegou a haver tiros e confrontos?

Traquinas – Sim.

– Alguém se magoou?

Traquinas – Sim, eu, por acaso ainda me deram umas lambadazitas.

– Quem, a guarda?

Traquinas – A guarda.

– Porque o sr. não queria sair e eles queriam arrancá-lo?

Traquinas – Não, porque eu estava ali assim encostado a uma coisa, à beira de uma estada, e eles chegaram lá, toma! E este Zé Luís foi a mesma coisa, eles chegaram lá...

– Também bateram ao Zé Luís?

Traquinas – Sim.

– Mas foi a guarda, ou foram os proprietários que bateram?

---

<sup>77</sup> Deputada Alda Nogueira, do PCP, *Diário da Assembleia da República*, nº 94, 16/8/1979, p. 3610.

<sup>78</sup> Deputado Mário Tomé, UDP, *ibidem*, nº 52, 16/5/1980, p. 2282. Este caso também foi citado por Álvaro Cunhal: “Em Avis, o presidente da UCP/Cooperativa 1º de Maio, também Presidente da Câmara Municipal, é chamado ao posto da GNR onde é espancado”, *A Verdade e a Mentira...*, p. 281.

Traquinas – Não, era a guarda. Os proprietários não batiam...

– Mas alguns proprietários levavam amigos armados e familiares...

Traquinas – Sim, embora levasse, mas, *quer-se dizer*, quando *intervia*, era a guarda. Embora lá estivessem armados, os guardas é que *interviam*. Ia um comandante, o capitão *nã-sê-quantos*. E depois, pronto: “Vocês têm de sair daqui!” E, é claro, a malta depois *nã* queria sair.

– Então era à força?

Traquinas – Exactamente. Por *exemplos*, estavam aqui 300 ou 400, ou 500 pessoas, numa herdade qualquer. Então eles: ‘A partir de agora está entregue ao sr. Fulano Tal...’ Vinham uns indivíduos da RA, com uns documentos *nã-sê-quê*, e tal. E depois: ‘Olhe, este terreno, aqui...’ Às vezes até faziam um rego com um tractor: ‘Isto aqui já está entregue’. E depois as pessoas *nã* queriam e no outro dia estavam lá outra vez. E depois vinha a guarda... E depois as pessoas no outro dia iam lá outra vez... Depois vinha a guarda... E depois às tantas criava-se conflito.

– Os senhores não tinham armas?

Traquinas – Não, não tinham armas. As pessoas estavam com o fato que tinham e mais nada.

– Então resistiam durante muitos dias, voltavam sempre para ver se conseguiam ocupar outra vez?

Traquinas – Sim, fomos sempre resistindo, até que às tantas não se justificava”.

Além dos já referidos dispositivos legais, a resistência no terreno atingiu por vezes o confronto físico entre os antigos ocupantes e os proprietários, sobretudo as novas gerações destes, que constituíram grupos armados em verdadeiras brigadas de desocupações, com o apoio da GNR e por vezes até dos *Comandos*. Por exemplo as terras de Joaquim Paula Varela Pais foram entregues oficialmente em 14 de Novembro de 1978, com acompanhamento da GNR e resistência verbal dos membros da cooperativa: “um grande grupo de homens e mulheres aos gritos e a insultarem-nos”. Depois dessa data os antigos ocupantes tentaram repetidamente invadir as terras, o que levou o proprietário a pedir ajuda a um grupo de comandos que se manteve no local até Fevereiro de 1979 para assegurar a desocupação e o reinício da actividade agrícola.

“Tentativas de reocupações” de duas herdades em Avis, no dia 15 de Maio de 1979, “sendo os grupos de assaltantes sido postos em debandada pela GNR, depois de violentos confrontos”<sup>79</sup>.

Ao contrário do período das ocupações, nestes anos os filhos dos proprietários tiveram uma acção efectiva no processo: nas datas marcadas para as entregas reuniam-se irmãos, primos e amigos que se entrincheiravam nos *montes* (casa de habitação, sede da casa agrícola), acampando durante dias a fio, armados até aos dentes e com a missão de contar e recuperar os gados desaparecidos e as alfaias e máquinas agrícolas e, sobretudo, marcar

---

<sup>79</sup> A *Defesa*, 23/5/1979, páginas centrais.

presença no local. Os pais, tios e avós só lá iam no final, quando o perigo já tinha passado. Foram estas as *cowboyadas* em que a geração que tinha na altura vinte e poucos anos se viu envolvida. Estavam a lutar “pelo que era nosso”, ao mesmo tempo que libertavam a frustração de nada terem podido fazer quando as terras das suas famílias foram ocupadas. Isolados a estudar em Lisboa ou a exercerem profissões completamente afastadas da actividade agrícola para a qual tinham sido orientados durante toda a vida, alguns desses jovens tinham passado os últimos anos bastante desenquadrados. As desocupações constituíram assim um período de autêntica euforia, com a excitação típica dos jovens, sem excepção do sexo masculino, que pela primeira vez tiveram autorização e até apoio dos pais para saírem em grupo e armados quase para uma batalha campal, devidamente abastecidos com farnel e muita bebida. Podemos a imaginar o medo, misturado com orgulho, das respectivas famílias. Os *meninos* estavam a recuperar as *nossas* terras aos *comunistas*!

“F. V. Couceiro – A gente ia fazer as desocupações a essas pessoas mais antigas, e tal, e que não tinham muita capacidade. Porque isto quando era das desocupações também era o fim do mundo. Eles traziam as pessoas de Lisboa em camionetas e essa coisa toda, lá do Barreiro... É evidente que quando foi das desocupações, da nossa parte também houve alguns excessos. Vinham 100, 200, a chamar *fascistas* e *lacaíos*, a insultar a GNR. Da *Goiana*, lembro-me bem, foi uma das pessoas que a gente fomos ajudar na desocupação... Porque eles depois tiravam as chaves dos tractores. Tinham que entregar os tractores, mas tiravam-lhes as chaves todas. Tinham de entregar as vacas, fugiam com as vacas. Tinham que entregar as ovelhas, fugiam com as ovelhas. Tínhamos de andar à procura delas. O que vale é que a gente conhecia bem a zona. Mas uma coisa que podia levar meio dia, chegava-se a arrastar por 3 ou 4 dias. Era mais por isso que nos chamavam, porque a gente éramos novos e conhecíamos aqui bem a zona. (...) O que aconteceu foi que para o fim houve alguns que já não receberam. A cooperativa tinha 1.000 vacas, mas quando foi da desocupação já só havia 700. Os primeiros tiraram as 700, os outros ficaram sem vacas. E esses serão indemnizados agora nas indemnizações definitivas. Esse processo está a correr há anos e anos. Ainda são valores altos...”

“– Como foi o processo de desocupação? Tiveram de fazer um pedido de reserva? A partir da lei Barreto?

LMGC – Exacto, 70.000 pontos. Éramos co-proprietários, porque havia indivisos. Cada um que tivesse uma cota podia pedir 70.000 pontos. E foi o que nós fizemos. Os processos andaram para trás e para a frente. É igual ao que se está a passar agora com as indemnizações, o esquema é igual. Foi um processo político. (...) Recebi um telegrama para ir desocupar.

– Houve protecção da GNR?

LMGC – É evidente. Vieram *jeeps*. Vinha o MAP, os comunistas e a GNR. A comissão deles, que devia estar presente, muitas vezes nem aparecia. Quando eles vinham entregar perguntávamos ‘onde estão as coisas?’ e eles: ‘não sabemos’.

– E depois tinham de andar à procura dos gados, etc.

LMGC – Nós tínhamos a nossa equipa montada nessa altura.

– Então recebia o telegrama e telefonava aos amigos para virem à desocupação? E chegou a chamar os comandos?

LMGC – Eu tive aqui comandos. Porque o *Paínho* era a *coqueluxe* da *1º de Maio*. Eu desocupeí aquilo no dia 15 de Maio de 1980 de manhã. Estava lá o povo todo no monte. Fez-se a acta de desocupação, da entrega da propriedade aos proprietários. Era meio-dia 50 tipos cercaram-me com caçadeiras.

– Pessoas da *1º de Maio*, ou eram estranhos ao concelho?

LMGC – Eram da *1º de Maio*, com o José Luís à cabeça. Eles tinham caçadeiras, era dia de caça. Eles dormiram ali. Eu estava sozinho, só mandei vir os comandos depois. Disse-lhes que estava aflito. Eles mandaram um rádio e dois tipos para estarem comigo.

– Mas porque é que estava sozinho?

LMGC – Era o único rapaz. Não ia lá pôr o meu pai com 60 e tal anos e o meu tio com 80 anos. Fiquei lá, dormi lá e o meu pai levou-me lá comida de manhã, uma feijoada. E afastei-os à bala. Eles fugiram. Houve um que ficou com o carro todo desfeito, fugiu e deixou-o lá”.

“– E as desocupações?

Dr. José de Carvalho – Guarda Republicana, cães, um aparato bélico. Vinham as mulheres, coitadinhas, que toda a vida foram umas galinhas, aos gritos: ‘Fascistas! A reacção não passou!’ Os guardas punham-nas a mexer, largavam-lhes os cães, davam-lhes uma mordidela no rabo, iam-se logo embora! Eram paus-mandados”.

Entretanto, como já vimos, para a imprensa de esquerda estas acções constituíam um autêntico *roubo!* (de novo a palavra-chave) e as acções dos *agrários* eram vistas como uma violação dos direitos dos trabalhadores à terra:

“Devolvido gado não existente na desocupação”; “Em Avis festança de agrários com tiroteio e assalto”<sup>80</sup>.

“Bando armado assalta instalações da *1º de Maio*”<sup>81</sup>.

Mas não foi o suficiente. A morte de Sá Carneiro marcou o início de outro período de instabilidade e até 1983 foram desocupados apenas 742 ha, correspondentes a 2% (ver anexo 18)<sup>82</sup>. Durante o 9º Governo de Mário Soares a desocupações de terras pararam por completo no concelho de Avis<sup>83</sup>, quando ainda faltavam desocupar mais de 12.500 ha correspondentes a 34% do total ocupado. Só com Cavaco Silva e uma nova legislação foi possível a estas

---

<sup>80</sup> *Diário de Lisboa*, 16/11/1978.

<sup>81</sup> *O Diário*, 15/2/1980.

<sup>82</sup> Que também foram alvo de comentários no parlamento: segundo o deputado do PCP Custódio Gingão, em Avis a “vontade inquebrantável dos trabalhadores de semear mais e melhor”, o seu “acto patriótico” teve como resposta do governo “a sementeira da fome, da miséria, do desemprego, da repressão, do roubo e da pilhagem, atirando a GNR para cima dos trabalhadores que produzem o pão, a carne, o leite, os cereais e os legumes. Estes têm sido ofendidos, espancados, feridos e até mortos. No entanto, este governo já tirou mais de 1500 ha de terra que eles estavam a produzir, para a entregar a agrários cujas reservas recebidas anteriormente ultrapassam de longe as pontuações previstas na lei”, *Diário da Assembleia da República*, 26/10/1983, p. 1722.

<sup>83</sup> O que não impediu que “no final de 1984 já haviam sido completamente destruídas 220 unidades de Reforma Agrária” no total da ZIRA, Oliveira Baptista – “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares...”, *op. cit.*, p. 421.

famílias reaver a totalidade das suas terras e reconstruir o património fundiário que lhes tinha sido expropriado.

#### 1.4 – O final do processo

Aparentemente, Mário Soares não teve a força ou a coragem política para repetir o incentivo às desocupações. Quando Cavaco Silva chegou ao poder em 1985 inaugurou uma nova vaga de desocupações, que caracterizaram sobretudo o “Verão quente” de 1987<sup>84</sup>. Até esse ano, dos 1.200.000 ha ocupados na ZIRA durante o período pré-constitucional, 350.000 ha estavam ainda na posse das cooperativas e UCP e cerca de 140.000 ha tinham sido entregues para exploração a pequenos agricultores ao abrigo do Decreto-Lei nº 111/78, o que resulta que cerca de 710.000 já tinham nesta data sido entregues em reservas ou simplesmente desocupados<sup>85</sup>. Com a maioria absoluta obtida pelo PSD nas eleições de Julho de 1987, o governo de Cavaco Silva e o seu Ministro da Agricultura Álvaro Barreto tiveram a liberdade de movimentos que lhes permitiu a aprovação de uma nova Lei de Bases da Reforma Agrária, a Lei nº 109/88, de 26 de Setembro, cujos objectivos eram muito explícitos:

“corrigir os excessos do período revolucionário (...) criar clima de estabilidade e tranquilidade social; subsistência do sector privado; reconsideração dos princípios enformadores da reforma agrária em resultado da adesão à CEE”.

Para o PCP, esta foi a lei de reconstituição do latifúndio<sup>86</sup>, mas a sua discussão no parlamento, especialmente a intervenção do Deputado Lino de Carvalho, não passou do canto do cisne. Afirmando que já havia cerca de meio milhar de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo a derrogar a entrega de reservas e ameaçando com o desemprego rural, a emigração e o abandono e despovoamento dos campos, o deputado do PCP insistiu nas

“irregularidades, ilegalidades, fraudes e até indícios de corrupção que envolvem a sinistra actividade do MAPA”. Esta proposta de lei “propõe-se reconstituir integralmente o antigo sistema de propriedade latifundiária e acabar com o exercício, por trabalhadores e UCP/cooperativas, do direito constitucional de recorrerem para os tribunais (...) ao aumentar a pontuação das reservas para os 91 000 pontos, sem limite de área (...) que restaria da reforma agrária? Nada, é a resposta!”<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> Apesar de, nessas eleições, a Reforma Agrária já ter deixado de ser “um tema eleitoral de peso”, do qual já ninguém falava dentro nem fora do país, segundo Balabanian e Bouet – *op. cit.*, pp. 16-18.

<sup>85</sup> Este tema foi analisado por Ricardo Sá Fernandes – *op. cit.*, p. 897.

<sup>86</sup> 12ª Conferência da Reforma Agrária, Évora, 30/9 a 1/10/1989.

<sup>87</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 68, de 5/4/1988, p. 2458-1460.

Em Avis a força do governo *laranja* fez-se sentir logo em Agosto de 1987, com a desocupação da herdade do *Rabaço*, depois de uma ocupação de 12 anos e meio. Logo seguida de *Camões* e de todas as outras das freguesias do Maranhão e Alcórrego em Dezembro do mesmo ano. Até 1989 foram desocupados mais 11.326 ha em Avis, restando apenas duas herdades da freguesia de Avis que foram entregues em 1991 (com um total de 257 ha) e três herdades localizadas em concelhos vizinhos, que estavam na posse da UCP *Unidade*, do Ervedal, e que foram entregues em 1993<sup>88</sup>. Em resumo podemos ver no anexo 17 que entre as herdades ocupadas cujas datas de ocupação e desocupações foram apuradas com rigor, 9% dos prédios rústicos, que representavam 7% da área ocupada, estiveram ocupados entre 1 e 2 anos; 60% dos prédios, com 49% da área ocupada estiveram ocupados entre 2 e 5 anos; 4% dos prédios, com 6 % da área ocupada estiveram ocupados entre 5 e 7 anos; 22% dos prédios, com 35% da área estiveram ocupados entre 10 e 15 anos. E 5 prédios (5%), com 3% da área, estiveram ocupados durante 15 a 18 anos. Além das parcelas arrendadas e que, segundo alguns proprietários, ainda estão *ocupadas*. Por mais estranho que possa parecer, as *desocupações* destes rendeiros ainda precisam do apoio das forças policiais: por exemplo no dia 2 de Maio de 2000 uma parte de uma herdade na freguesia do Alcórrego foi devolvida ao senhorio com a ajuda da GNR, depois de um processo em tribunal por falta de pagamento da renda e depois do rendeiro ter ameaçado de morte o proprietário e o respectivo feitor.

Com esta associação directa entre as ocupações e os governos de Vasco Gonçalves e as desocupações e os governos AD e depois PSD pode afirmar-se que todo o processo teve uma forte componente de direcção política superior, ou pelo menos de criação das condições políticas e legislativas por parte dos governos das respectivas épocas. Para culminar o processo estão ainda algumas indemnizações por pagar aos proprietários ocupados, o que levou a que em Janeiro de 2000 o Estado Português fosse condenado pelo Tribunal Europeu a pagar mais de dois milhões de euros aos proprietários da Herdade da *Torre de Palma*, de 1.200 ha, no Alto Alentejo, da família Falcão, por já terem passado mais de 20 anos desde a ocupação e as indemnizações ainda não terem sido pagas. Tal como previu Pequito Rebelo em 1976, as indemnizações foram “adiadas para as calendas gregas”<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Em Fevereiro de 1990 a área das UCP no total da ZIRA era de c. 50.000 ha, o que corresponde a 5% da área inicial, Oliveira Baptista – *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural...*, p. 69.

<sup>89</sup> Pequito Rebelo – *Boas e Más Reformas Agrárias III. O Processo destrutivo em curso, da Pseudo-Reforma Agrária (Decreto-Lei 406)*, e. a., Lisboa, 1976, p. 11.

## 1.5 – E as cooperativas?

Algumas UCP sobreviveram mais uns anos com terras que arrendaram ou compraram. Podemos ver no anexo 12 que a *1º de Maio* foi dissolvida em 1992; a *Unidade*, do Ervedal, foi dissolvida em 1988, permanecendo em actividade a sua secção de comercialização para a qual se constituiu em 1986 a Cooperativa Agrícola *Ervedal do Alentejo*; e as das freguesias de Aldeia Velha, Benavila, Figueira e Barros e Valongo ainda estavam em funcionamento em 1999. A *Agro-Única*, que agregou todas as cooperativas do concelho e colocava no mercado os seus produtos foi dissolvida em 1990, assim como a União das Cooperativas Agrícolas do Concelho de Avis, *Rosa Vermelha*, também o foi em 1992.

Além das circunstâncias políticas atrás descritas, o descalabro das duas mais importantes UCP do concelho esteve directamente relacionado com a questão do crédito agrícola. Se as outras, mais pequenas, conseguiram manter-se de forma modesta, limitando os trabalhadores aos próprios cooperantes e a actividade agrícola ao espaço disponível, geralmente em terras arrendadas ou algumas compradas, a megalomania ou os “investimentos eufóricos”, segundo a expressão de Manuel de Lucena<sup>90</sup>, da *1º de Maio* e do seu presidente, José Luís Correia da Silva, criaram uma escalada de dívidas<sup>91</sup> e juros acumulados (tanto às instituições bancárias como à segurança social), cujo fim só podia ser uma fogueira na rua do monte.

“José Luís – E *a gente começamos* a entregar reservas e havia um acordo com o governo do Mário Soares sobre as benfeitorias. Chamavam-se as benfeitorias nas herdades ocupadas. Os valores dessas benfeitorias eram descontados nas dívidas que as cooperativas tinham ao Crédito Agrícola de Emergência.

– Benfeitorias em?

José Luís – Casas, reparações de montes, barragens que se construíram. Por exemplo, esta herdade tem 2 barragens feitas pela cooperativa. Gados, tudo o que fosse feito na altura da ocupação e que não existia antes, isso era pago. Só que essa lei nunca chegou a vingar. E depois isto começou a vencer juros e nunca mais era resolvido. Ficou decidido também numa reunião do Ministério que o capital investido nas benfeitorias passava a render juros iguais à dívida que se tinha, o que compensava. Só que esta também não foi cumprida. Quando isto estava já mesmo para acabar, na altura do Cavaco, aparece a lei de que as cooperativas tinham de pagar. E nós, de 7.000 contos, pagamos 130.000!

---

<sup>90</sup> O autor refere que muitas cooperativas “encontram-se hoje numa penosa situação financeira (crivadas de dívidas a organismos oficiais e à banca nacionalizada), já por falta de dinamismo comercial básico, já porque alguma crise agrícola sectorial lho veio frustrar, já por terem feito, com dinheiro emprestado, investimentos eufóricos”, *op. cit.*, p. 533.

<sup>91</sup> Segundo o Deputado Lino de Carvalho, o património da *1º de Maio* cobria perfeitamente dívidas: mais de 600.000 contos de património, 10.000 cabeças de gado, 7 milhões de quilos de cereais, as creches, os centros para a terceira idade, a dívida de 62.593.000\$00 do Estado à cooperativa..., *Diário da Assembleia da República*, nº 68, de 5/4/1988, pp. 2460-2461. O deputado ignorava que nem a creche, nem o asilo pertenciam a esta cooperativa: como já vimos, a creche constituía-se como uma instituição autónoma numa casa arrendada e o asilo pertencia à Santa Casa da Misericórdia.



– E tinham dinheiro para isso?

José Luís – Fomos pagando. 130.000. O Vale de Azevedo que hoje está no Benfica. Esse homem é filho do Vale de Azevedo que era o responsável do Crédito Agrícola de Emergência. E quando agora o vi a tomar posse... O pai dele... Então, uma vez fomos lá para liquidar tudo. A gente tínhamos pago de uma vez 60.000 contos e tinha ficado a faltar 20.000. E levávamos os 20.000 contos para pagar. Quando lá chegamos para pagar, com estes 60.000 já fazia 127.000. E diz o homem assim: ‘Vocês agora, se entregarem mais 20.000, ainda ficam a dever 130.000’. Digo eu: ‘Então o senhor desculpe, mas já nem estes 20.000 pagamos, porque assim vale mais matarem a gente’. E já então não pagamos.

– E depois dissolveu-se a cooperativa?

José Luís – Dissolveu-se assim de repente. Aquilo foi para as finanças. A cooperativa tinha um património de quase 500.000 contos, entre máquinas, gado, propriedades e tudo. Venderam tudo ao desbarato, partiram, escavacaram, fizeram tudo e ninguém lhes fez nada. Foi pena terem destruído isto. Agora: tinha de haver alterações, não é? Não se podiam manter os mesmos postos de trabalho, porque as coisas também se mecanizaram muito. A evolução no nível...

– Mas quando devolveram as terras, quando houve as desocupações, a cooperativa continuou a ter terras?

José Luís – Não. Aquilo havia um lema desde o princípio da cooperativa que era este... A cooperativa ainda hoje podia existir.

– Com que terras?

José Luís – Tinha terras próprias. Só que a malta, todos tínhamos essa opinião: se um dia a cooperativa acabasse, quando acabasse para um, tinha de acabar para todos. Excepto os que quisessem sair. Houve gente, ao longo do tempo, ou porque arranjaram outras vidas, outras coisas, foram saindo. Mas em termos de acabar, quer-se dizer assim: ‘Olha, a partir de hoje, estamos aqui 100, tu, tu e tu tens de sair da cooperativa e eu é que fico’. Não. O espírito era este: um dia que acabe, acaba para todos. E acabou em 24 horas. Fizemos um plenário, foi decidido, acabou-se.

– E então destruíram muita coisa.

José Luís – Tudo. Eu ainda houve muitos anos que guardei, tinha ali num quarto, pastas que eu tinha para mim. E aquilo que era meu ainda guardei, mas depois, estava a ver aquilo todos os dias... Queimei<sup>92</sup>.

Salienta-se também a falta de conhecimentos técnicos dos dirigentes das cooperativas, aliados aos bloqueios institucionais que estes sentiram quando tiveram de lidar com processos que ultrapassavam completamente as suas capacidades:

“Traquinas – Estive ali 15 anos na *cupartiva*.

– E tinha de ir a Lisboa tratar da burocracia?

Traquinas – Ia *aquase* todos os dias: advogados, e ministérios...

– E eles lá colocavam dificuldades?

Traquinas – Sim, muitas. Os ministérios eram sempre dificuldades... pronto a gente até pedia uma audiência para falar com eles. Mas essa pessoa nunca estava. Depois estava o

---

<sup>92</sup> Relembro que a entrevista a José Luís Correia da Silva realizou-se em 4/4/1998. Como nota de curiosidade, foi também Vale e Azevedo que representou os proprietários que apresentaram queixa no Tribunal Europeu e ganharam o processo contra o Estado Português.

secretário... Naquela altura era *aquase* todos os dias. Cheguei a ir lá duas vezes no mesmo dia. É verdade”.

Quanto à UCP *Unidade*, do Ervedal:

“Claudino – O pessoal ficou na cooperativa. Aquilo estava tudo desorganizado, não tínhamos para onde ir trabalhar. Embora fossem alguns para a câmara, outros para outro lado. Depois ficaram aí à volta de 80 trabalhadores na cooperativa. Já não tinham terra nenhuma, só já tinham ali a *Caniceira*, que era do Eng. Varela. E o *Charrão*, que é da Misericórdia de Borba. Depois a cooperativa arrendou herdades. E 80 pessoas a comerem de 2 herdades pequeninas... Já de sabia que aquilo tinha de dar bronca. E deu. Começaram-se a endividar, tinham as máquinas para pagar, as letras. Começaram a dever à caixa de previdência.

– E pediram crédito?

Claudino – Começaram a pedir crédito, a dever ao banco, os juros eram a 22%, era muito caro. Gastaram-se os dinheiros todos que havia em barragens, em limpar terras, investiu-se muito. Deram a pontuação aos donos, e a terra que sobrou deram aos outros de fora. As cooperativas, com aquela quantidade de trabalhadores, as despesas eram sempre certas...

– Então de quem é que acha que foi a culpa disso tudo?

Claudino – A culpa foi... não sei de quem, mas naturalmente daqueles governos que estavam na altura, que quiseram desalojar os trabalhadores e quiseram submeter os trabalhadores outra vez a trabalhar por conta dos patrões. Fizeram tudo para dismantelar as cooperativas. Se tivessem auxiliado como, enfim, fizeram tudo para acabar, a coisa tinha corrido bem, ainda hoje havia cooperativas. A cooperativa foi penhorada por causa da dívida, vieram as finanças buscar as máquinas e aquilo tudo. Eles tiveram à espera que as máquinas estivessem todas pagas para depois as levarem. Foi assim que a vida nos calhou. A gente tentamos fazer uma nova...”

“Cravidão – Entretanto, surgiu um empréstimo, chamado Crédito Agrícola de Emergência. As cooperativas usaram esse dinheiro e nunca pagaram. Mais tarde, passados 3 anos, comecei eu a tomar conta dessa situação. E então é que eu fiquei a conhecer os podres todos da situação. (...) O presidente do Benfica (...) juros bonificados para aqueles que pagassem. Para aqueles que prestassem contas de despesas normais. E, como eles não pagavam, chegaram a ter juros de 30% e 20%! De modo que contas de 50.000 contos inicialmente, quando passou meia dúzia de anos estavam em 150.000 contos. Como eles não pagaram, foi-lhes tudo penhorado e os casões foram vendidos em hasta pública.

– E quem é que comprou?

Cravidão – A Câmara comprou, a *Papelaco* comprou, enfim, por ‘mil réis de mel coado’. Depois, mais tarde, houve umas indemnizações...”

Fica perfeitamente explícita a desilusão e a frustração em relação a um processo que tantas esperanças tinha activado e, se bem que brevemente, concretizado. Este sentimento é geral a todos as pessoas envolvidas: todos perderam qualquer coisa, todos foram defraudados. Os proprietários das terras pelos anos de trabalho e de rendimentos que nunca mais recuperaram<sup>93</sup>; os trabalhadores ocupantes pelo projecto falhado e por um trabalho que

<sup>93</sup> Além de todo o sofrimento das ocupações, “os lavradores perderam ao mesmo tempo grande parte dos seus bens, mas também o dinamismo”, Balabanian e Bouet, *op. cit.*, p. 154.

desenvolveram “para nada”, ou só para o benefício “de alguns”. E uma população inteira de um concelho que perdeu os laços e as sociabilidades por causa de uns ódios que vão demorar a sarar, se é que alguma vez será possível os *ricos* e os *pobres* quebrarem as enormes barreiras que ainda os separam.

### **1.6 – Debate má gestão / questão política. O imaginário local e a frustração generalizada**

*Um processo de que ninguém tirou proveito, muito especialmente as classes trabalhadoras*<sup>94</sup>.

Não há grande discussão possível sobre o fim da Reforma Agrária portuguesa. Tal como no seu início, o processo foi dirigido politicamente, orientado pelos governos da altura que produziram legislação específica e forneceram as condições práticas no terreno para a respectiva aplicação. Contudo, outros factores contribuíram para o descalabro do projecto que foi posto em prática e facilitaram a legitimação política da acção dos governos AD e PSD nos finais das décadas de 70 e 80 respectivamente, sobretudo no que diz respeito aos níveis de rentabilidade das UCP e à falência económica do modelo aplicado que utilizava mão-de-obra em grande quantidade, de forma intensiva e com baixos índices de produtividade por trabalhador. A questão do excesso de mão-de-obra fora colocada ao ministro Oliveira Baptista logo no início do seu mandato numa entrevista ao jornal *A Capital* do dia 7 de Maio de 1975. Perguntaram-lhe directamente:

“Contando a nossa lavoura com um peso excessivo de mão-de-obra, relativamente ao que se verifica nos países mais adiantados, parece-lhe correcto que se encaminhe ainda mais gente para o sector primário, contrariando assim a tendência evolutiva de uma economia moderna?”, ao que o ministro respondeu que “face a esta questão tão central que agora se nos coloca em Portugal, e em ajustamento com outros objectivos da política agrária – aumento de produção, redução do défice da balança comercial e fortalecimento do aparelho produtivo –, há que salientar que a política deste Ministério se orienta também no sentido da garantia e do

---

<sup>94</sup> Rosado Fernandes – “Prefácio” de *Vacas de Carvalho* – *op. cit.*, p. 8. Também Balabanian e Bouet escreveram que “No Sul, praticamente todas as classes sociais sofreram prejuízos”, especialmente os bons agricultores, mas que os trabalhadores agrícolas foram as “vítimas inesperadas” da Reforma Agrária, *op. cit.*, pp. 151, 155, 166.

desenvolvimento do número de postos de trabalho (...) esta orientação da política agrária parece-me, no momento presente, a mais capaz de actuar no sentido da transformação das relações de produção no campo”<sup>95</sup>.

Houve portanto uma intencionalidade inicial de absorver o desemprego a nível nacional com a criação de postos de trabalho na agricultura. No entanto, perante as novas realidades introduzidas com a integração europeia e com a própria evolução das estruturas sociais e económicas do país no sentido de uma economia de mercado tornou-se óbvio o desajuste destas grandes unidades de produção que estavam “sobredimensionadas, do ponto de vista do emprego” e eram economicamente inviáveis sem o apoio constante e dispendioso do Estado<sup>96</sup>. E o Estado, segundo as palavras de Mário Soares já citadas por António Barreto, não quis dar “mais dinheiro para alimentar a revolução comunista”<sup>97</sup>.

É precisamente este o ponto mais focado por toda a imprensa e bibliografia de esquerda na altura e ainda em obras recentes, ao defender a tese da questão política e da intencionalidade dos governos PS e PSD para abater a Reforma Agrária<sup>98</sup>, valorizando as qualidades das UCP, sobretudo no que diz respeito à absorção da mão-de-obra, aos investimentos realizados e aos “altos níveis de produção” conseguidos pelos trabalhadores. Esta tese ficou bem patente no discurso do Deputado Lino de Carvalho em 1988 na discussão da nova Lei de Bases da Reforma Agrária, ao salientar o aumento das áreas semeadas em regime de regadio, o investimento na pecuária, o índice de solvência total do conjunto das

---

<sup>95</sup> Citado na sua obra *Portugal 1975...*, pp. 201-202.

<sup>96</sup> Segundo António Barreto, as UCP “só sobreviveram graças a injeções maciças de crédito garantido pelo Estado, de que uma grande parte não foi nem será talvez nunca reembolsada. A carga excessiva de força de trabalho, recrutada por solidariedade, por motivos sociais e como trunfo de clientela partidária, foi quase fatal para as UCP”. Tornaram-se assim numa “espécie de relicário da revolução com o destino incerto e improvável”. O autor acrescentou que “o colectivismo não podia dispensar o apoio do Estado: assistência, créditos, protecção legal...”, e concluiu que “a reforma agrária revolucionária e algumas das suas conquistas mais marcantes não resistiram à derrota política do plano nacional”, *Anatomia de uma Revolução...*, pp. 243, 320, 333. Isto já tinha sido reconhecido por Afonso de Barros na sua obra de 1979 *A Reforma Agrária em Portugal...*, onde o autor sublinhou “a necessidade de superar as perdas excessivas de horas de trabalho por mau planeamento da distribuição da força de trabalho, a má gestão dos principais meios de produção mecânicos e o atraso na organização das contabilidades”. Acrescentou que esta situação se deveu ao facto da Reforma Agrária se ter desenvolvido com o objectivo de promover o pleno emprego, o que “acarretou substancial aumento da carga de força de trabalho afecta às explorações agrícolas” e era da responsabilidade do Estado, *op. cit.*, p. 122. No que diz respeito à viabilidade económica das cooperativas, Afonso de Barros salientou a sua irrelevância, pois os objectivos das NUP visavam “basicamente assegurar a remuneração da força de trabalho e garantir a reprodução da empresa e não a maximização do lucro ou sequer a obtenção do lucro médio”, *ibidem*, p. 147.

<sup>97</sup> Ver excerto da entrevista no final do capítulo 2 da 2ª parte.

<sup>98</sup> Esta é ainda hoje a posição oficial do PCP que acusa António Barreto de ser o principal responsável pelo início da ofensiva contra a Reforma Agrária, o que fica claro nas palavras de Álvaro Cunhal: “uma verdadeira agressão e intervenção militar, a fim de impor, pela força e uso das armas, a destruição da reforma agrária (...) trabalhadores violentamente espancados (...) brutais espancamentos das populações (...) A reforma agrária acabou por ser destruída. A propriedade latifundiária foi restaurada. Restaurados também os campos abandonados, o desemprego, a miséria e a fome...”, *A Verdade e a Mentira...*, pp. 280-283. José Manuel Casqueiro contribuiu para deitar ainda mais achas nesta fogueira, ao afirmar que os problemas das cooperativas foram inflingidos directamente pela CAP: “Nós andamos durante 5 anos a aumentar livremente os salários dos trabalhadores para aumentar as dificuldades financeiras às cooperativas”, entrevista citada.

UCP e os respectivos patrimónios e volumes de vendas, além da influência directa na melhoria das condições de vida e de alimentação das famílias dos trabalhadores rurais.

“Acusamos o Sr. Primeiro-Ministro de faltar à verdade quando diz que a experiência da reforma agrária foi um fracasso (...) Face a isto, alguém de boa fé pode pôr em dúvida que a reforma agrária promoveu o desenvolvimento da agricultura, deu corpo à função social da terra, dinamizou o tecido económico, social e cultural da região, criou emprego, melhorou as condições de vida, dignificou o trabalho, estimulou a ligação do homem à terra, trouxe uma nova esperança à vida, estabilizou a situação social?”<sup>99</sup>.

“Like Catarina Eufémia herself, each of these cooperatives will be remembered as a victim of a tragic conflict between rural workers and the Portuguese state”<sup>100</sup>.

– Porque é que o processo falhou?

Vasco Gonçalves – A questão dos créditos. O IRA devia dar-lhes apoio, mas no tempo do Lopes Cardoso tiraram-lhe o poder. Não tenho qualquer dúvida que as cooperativas foram ao fundo porque lhes foram criadas grandes dificuldades. Nem dos fundos comunitários elas tinham direito a receber.

– Houve uma intenção política?

Vasco Gonçalves – Não tenho dúvida nenhuma. A Reforma Agrária era o sustentáculo do regime democrático e num regime democrático a caminho do socialismo ela avançava. Mas desde Novembro de 1975 a Reforma Agrária foi continuamente combatida, com alguma excepção ou outra. Foi a política dos sucessivos governos que destruiu a RA. O PS assumiu o papel de chefe da contra-revolução. Foram os interesses de classe”.

“Pezarat Correia – O que aconteceu foi que a Reforma Agrária foi uma criança que nasceu e à qual logo à nascença cortaram as pernas. E depois vieram-na acusar de que não andava. As pernas foram cortadas imediatamente pelos governos a partir de 1976. Cortaram-lhes os apoios financeiros, cortaram-lhes os apoios técnicos, cortaram-lhes os apoios administrativos... Foi para tirar poder ao PCP. Foi uma questão partidária”.

“José Soeiro – Foram-se alterando as regras, o que criou instabilidade. E havia o estrangulamento económico e financeiro. O crédito veio mais tarde e o que foi injusto foi que, retirados os meios de produção sobre os quais havia o crédito, se exija depois do crédito. Disse-se que as cooperativas não pagavam, mas já lhes tinham tirado os meios de produção, como é que elas podiam pagar? Havia o estrangulamento, atrasos nos pagamento aos trabalhadores... E ainda havia a outra linha, a linha da violência. Foram usados meios agressivos para destruir as cooperativas. E os trabalhadores resistiram até ao fim”.

---

<sup>99</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 68, de 5/4/1988, pp. 2460-2461.

<sup>100</sup> Nancy Bermeo defendeu que “The farms were not the victims of mismanagement but of a partisan struggle” e que o “worker’s control leads to increased productivity” e “worker-controlled farms are at least as productive, if not more productive, than their private counterparts”, o que levou a autora a escrever um capítulo inteiro sobre os estudos que confirmavam que a auto-gestão aumentava a produtividade, *op. cit.*, pp. xvi, 121-130, 204. Ver também Bernard Roux, “Le démantèlement...”, *op. cit.*, pp. 14, 19, 23. E “A reforma agrária foi inviabilizada por razões políticas”, entrevista de Fernando Rosas e Dulce Freire a Fernando de Oliveira Baptista, *História*, Ano XX, nº 6, Setembro 1998. E ainda António Gervásio, que escreveu: “As forças hostis à revolução estão a destruir o património alentejano, e esse maior património é o próprio povo alentejano com a sua cultura e tradições (...) *revanchismo* das forças que viram os seus interesses de classe feridos pela Revolução!”, “O PCP e a Resistência...”, *op. cit.*, p. 346.

Pelo contrário à direita é a tese da má gestão que sobressai, alegando a pura incapacidade e ineficiência dos dirigentes das cooperativas<sup>101</sup>, face ao que Balabanian e Bouet afirmam ter sido “um enquadramento e circunstâncias excepcionalmente favoráveis” às unidades de produção, que incluíram “ajudas multiformes e maciças”, créditos ilimitados e “uma política de preços vantajosa para as explorações colectivas”<sup>102</sup>. Esta opinião é também a mais corrente entre as fontes locais, e ficou patente não só no grupo dos proprietários, mas também entre alguns trabalhadores, como foi o caso da funcionária da Fundação Abreu Callado, Alzira Bonito, e Joaquim Manuel Barata Dias, o “Sarrafça”.

“Eng. Barrocas Dordio – O problema é que aquilo não tinha gestão, não era gerido como uma empresa, nem como coisa nenhuma. Aquilo era a balbúrdia (...) Podemos fazer um mero exercício hoje: quanto custa um trabalhador rural? Qual é a rentabilidade por hectare? Desde as zonas mais ricas, das zonas demarcadas do Alentejo, do Redondo ou Reguengos, mesmo isso não sustenta, não consegue sustentar o número de trabalhadores que eles tinham. Era absolutamente impossível. Depois há tudo o que veio com a PAC. Porque repare, eles foram fazer o quê? Aquilo que é mais fácil fazer, que são os cereais. Isso hoje ao nível da PAC não tem qualquer cabimento. Outras culturas que eles fizeram: tabaco, tomate. São culturas típicas do subdesenvolvimento, que têm esse percurso. O tomate começou a ser feito no vale do Pó em Itália na década de 50. Passou para a península na década de 60. Na década da 90 já vai na Tunísia e já se faz no Médio Oriente e por aí fora. Anda à procura da mão-de-obra mais barata e o que fica depois é a alta tecnologia: é o tomate que se faz na Califórnia, ou no Sul da Itália, e que se faz em Portugal hoje em dia, com alta tecnologia, não tem necessidade da mão-de-obra que tinha nessa altura. Esse modelo não sobreviveu em lado nenhum do mundo. Já nessa altura da adesão à CEE se dizia que em Portugal cereais nem pensar nisso, era uma utopia completa. Se nós estávamos a trabalhar com produtividades de 1,6 e 1,7 e os alemães e os franceses já tinham 4, 8 e 10... Depois o gado, estávamos a trabalhar numa Europa com excedentes enormes de carne...”<sup>103</sup>.

“– E não se trabalhava nas cooperativas?

LMGC – Nada, não faziam nenhum. Eu tenho conhecimento disso, o que fazia um faziam cinco”.

“Cravidão – Primeiro que tudo: não havia patrões, não havia manageiros, cada um trabalhava segundo a sua consciência. E a consciência das pessoas não era nenhuma. As cooperativas caíram sobretudo por má gestão. Por exemplo, em *Camões*, da *1º de Maio*, uma seara de tomate: as mulheres apanhavam 10 caixas de tomate por dia. No outro lado era o *Pequito* e as

---

<sup>101</sup> “Na maior parte das herdades e no consenso das pessoas dentro e fora das cooperativas trabalhou-se menos e pior depois da reforma agrária do que antes. (...) A principal causa deste estado do coisas é a falta de uma gestão eficiente – porque os gestores possíveis foram alienados no processo”, José Cutileiro – *op. cit.*, p. 418. Já em 1976 o CDS denunciava a “deficientíssima gestão das explorações colectivas estabelecidas, a falta de apoio de técnicos abalizados, a ausência de planificação da produção...”, “A Reforma Agrária segundo o CDS: uma concepção «personalista»”, in Manuel Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 76. E João Garin resume as causas do insucesso das UCP à “má gestão dos directores PC’s, da pouca aplicação ao trabalho, da inconsciência reivindicativa e da sua desonestidade”, *op. cit.*, p. 130.

<sup>102</sup> Balabanian e Bouet, *op. cit.*, pp. 218, 220, 226, 235.

<sup>103</sup> José Cutileiro tomou uma posição semelhante quando equacionou o problema da seguinte forma: “um quintal de trigo produzido no Alentejo nas condições actuais custa muito mais do que custava antes, tendo entretanto outras produções da região, muitas vezes mais rendíveis, sido negligenciadas”, *op. cit.*, p. 422.

mulheres apanhavam 50 caixas de tomate por dia. Resultado: aquelas 10 caixas de tomate, o valor do tomate apanhado, era para pagar os salários delas. A lavoura, a rega, os transportes, os juros deduzido ao dinheiro que tivessem contraído de empréstimo, não chegava. Eles não faziam essas contas. Do outro lado porque é que apanhavam 50 caixas? Porque as mulheres trabalhavam de empreitada, x por cada caixa, e então esforçavam-se para apanhar muito tomate. Na *1º de Maio* não, tinham um salário certo, era preciso deixar correr. Elas ganhavam a mesma coisa. Simplesmente não produziam. Lembravam-se de dormir a sesta dentro de um rego, dormiam mesmo porque ninguém via. E se alguém visse, não lhe dizia nada. Era preciso fazer qualquer coisa: em vez de ir um empregado, iam 5 ou 6”.

“Alzira Bonito – Então isto chegou ao ponto que as pessoas eram tantas que quando chegávamos ao fim do mês para os pagamentos já ninguém conseguia controlar ninguém, o ponto semanal, eles apresentavam-se e eles é que diziam o tempo que tinham.

– Mas não havia ninguém a controlar o trabalho, um encarregado?

Alzira Bonito – Havia, havia vários. Pois aí é que eles se começaram a desentender. Por exemplo, havia um que trabalhava aqui que queria mandar aqui. Depois vieram outros estranhos à Fundação que começaram a ser eles o mandões. Os que cá estavam começaram a não gostar... Acho que foi tudo assim à rédea solta, cada um puxava para seu lado”.

“Sarrafça – A cooperativa nunca funcionou bem. Por isso deu naquilo que deu. Teve sempre uma má administração.

– Porquê? Acha que o Zé Luís não percebia de lavoura?

Sarrafça – Ele percebia, o que é era uma pessoa que nunca teve uma linha concreta de orientação. Não podia ter dinheiro, porque se tivesse dinheiro ele tinha de o gastar. A orientação de uma casa, seja daquilo que for, ou de uma empresa, é o principal.

– Então e eles não recebiam apoio técnico?

Sarrafça – Nada. Apareciam aí uns engenheiros, mas era só para levarem carne e azeite.

– Vinham para as festas?

Sarrafça – E de que maneira! Tanta vez. Quando era o fim-de-semana era às dezenas de camionetas carregadas, e matavam-se porcos e borregos...

– E o senhor não concordava com isso?

Sarrafça – Não, nem podia concordar, as pessoas vinham buscar as coisas sem nunca terem feito cá nada. Eu achava que a cooperativa era para os que trabalhavam cá. Queriam fazer esmola com o esforço dos outros. Eu vi que aquilo não era para o meu feitio, coisas abandonadas, pessoas que não queriam saber, não percebiam nada de máquinas e davam cabo”.

“F. V. Couceiro – Houve má gestão. Mas acima de tudo era que ninguém trabalhava, e ninguém tinha força para mandar o outro trabalhar. Ao princípio, enquanto houve dinheiro estava tudo satisfeito. Trabalhavam menos, ganhavam mais, mas isso também não foram muito mãos abertas, os níveis dos ordenados ficaram quase na mesma. Só que com a liberdade de não trabalhar e de dizerem que aquilo era deles. Eles produziam menos, mas principalmente mal organizado. Tudo era mal feito, as sementeiras eram feitas fora de tempo, as debulhas a mesma coisa. Depois tudo o que tivesse um bocadinho de especialização já não faziam. E as pessoas que estavam à frente das cooperativas não tinham capacidade nenhuma para isso. E foi também o desvio de dinheiro que cada um fez. Os chefes das cooperativas... toda a gente está bem, hoje em dia”.

“Dr. José de Carvalho – Eles não só não trabalhavam, como nem cabeça tinham para a parte de gestão. E tinham uma preocupação: que era meter ao bolso”.

Nestas últimas tomadas de posição sobre o fim das principais cooperativas de Avis também fica patente a opinião generalizada sobre o ROUBO. Desde o início do processo que esta palavra está presente com grande intensidade e aplicada a todos os seus intervenientes. No caso das referências à má gestão dos dirigentes das cooperativas, o roubo é um elemento que nunca falta. “Onde estão os bens das cooperativas?”, “Para onde foi o dinheiro?”. Alguém terá beneficiado com todo o processo, alguém ficou a ganhar. Já vimos os comentários sobre as vendas de gado e os desvios da cortiça que beneficiaram não só os membros das cooperativas, como os negociantes “sem escrúpulos”<sup>104</sup>. E as histórias sobre prédios em Lisboa, hotéis em Badajoz, herdades compradas, dinheiros desviados, abundam entre as fontes orais, se bem que esses sinais exteriores de riqueza sejam actualmente muito pouco visíveis a nível local.

“F. V. Couceiro – Vivem hoje bem, com bons carros, e nunca mais trabalharam desde que acabaram as cooperativas.

– Mas não têm bens em nome deles?

F. V. Couceiro – Não, isso não têm, arranjaram as casas, e tal. A ambição desta gente também não dá para muito mais. Eles também foram um bocado ultrapassados. Uma pessoa que roubasse 3 ou 4 mil contos pensava que tinha roubado dinheiro para toda a vida, e com inflações de 30% aquilo, passado pouco tempo, pouco é”.

“José Manuel Casqueiro – E ainda por cima um factor que nunca ninguém quis abordar: qual é que foi a quota-parte de financiamento que foi desviado do rendimento das cooperativas para o Partido Comunista? Pagamento directo. O José Luís era alvo das maiores suspeitas de ter ficado com prémios de campanha, etc. Não sei se teve, eu estou convencido que não. Normalmente é muito difícil esconder durante muitos anos situações desse tipo. As coisas aparecem, as pessoas são vaidosas, e ele não deu sinais nenhuns desse tipo. Depois as UCP, para quererem mostrar que o sistema comunista era um sistema perfeito, envolviam-se naquelas obras de natureza social, nos lares, onde nunca mais tinham rendimentos que pudessem manter essas situações”.

O que é um facto é que a personalização todo o processo na figura dos líderes locais, especialmente em José Luís Correia da Silva, teve como consequência que todo o desastre da Reforma Agrária tenha também sido associado a alguns indivíduos que arcaram com todas as

---

<sup>104</sup> Balabanian e Bouet acrescentaram que os poucos grupos que lucraram com a Reforma agrária foram os antiquários e os negociantes de gados e de máquinas, que se aproveitaram da situação para negociar. Os antiquários porque receberam por quase nada os bens que os ocupantes lhes foram vender e os das famílias ocupadas que ficaram em má situação económica e se desfizeram das pratas da família, *op. cit.*, pp. 168-172. A situação parece semelhante à descrita por António Martins da Silva no período das nacionalizações de 1834 a 1836, quando se realizaram vendas de móveis expropriados, livrarias, obras de arte, livros, pinturas, e outras preciosidades que se perderam em grande parte, o que constituiu um autêntico saque.



“culpas”. Por estes motivos encontramos as figuras de Mário Soares e António Barreto como os vilões, mas também a figura de José Luís e dos dirigentes das restantes cooperativas como aqueles que “roubaram” os trabalhadores que tanto trabalharam e acabaram por “ficar na mesma”. E nada podia ser mais explícito que o gesto de alguns trabalhadores rurais que me mostraram o bolso vazio, decepcionados porque os convenceram de que ele ia ficar cheio e afinal

“Muitos ficaram ricos com as ocupações, mas eu não vi nem um tostão!”.

“Charuto – Houve alguns que ficaram cheios de dinheiro, outros ficaram cheios de fome”.

– Estava satisfeito com a administração da cooperativa?

Caetano – Enquanto lá estive não me calhou dizer nada...

– E a certa altura começou a haver problemas de falta de dinheiro?

Caetano – Pois, foi a falta de dinheiro e foi alguns andarem a embolsar dinheiro.

– Alguns dentro da cooperativa?

Caetano – Pois. *Embolsarem* dele, e depois a coisa não correu bem.

– Então eles não eram comunistas a sério?

Caetano – Lá está, *erem* os tais fingidos. Houve muitos que estavam lá na direcção e que... Muitos *arranjarem* casinhas para morar. E eu, que andei em tudo, não tenho uma casinha para morar. Estou a pagar renda”.

– Então ficou na mesma que antes do 25 de Abril?

Lagarto – Não, fiquei pior. Na altura do engano julgava que era verdade.

– Mas mesmo assim não comprou uma casa? Continuou a viver como vivia antes?

Lagarto – É a mesma coisa. Vivo na miséria, vivo na casa duma filha minha, e pronto”.

– E agora, não tem uma vida melhor? Ou continua tudo na mesma? Já tem casa própria?

Luís – Não.

– Mas acha que já vive melhor do que vivia dantes?

Luís – Mais ou menos, mal.

– Então acha que as manifestações em que andou, e ocupações, não deram grande resultado?

Luís – Não, não *derem* nada. Não *derem* nada porque ele *forem* malandros. Quando eles *começarem* a botar o dinheiro para o bolso, foi quando se estragou tudo.

– Eles não cumpriram o que prometeram aos trabalhadores?

Luís – Não”.

Estas frases repetem-se em todos os grupos sociais envolvidos no processo, ao mesmo tempo que se marca a distância em relação a “certos indivíduos” que se “aproveitaram” no final e até em relação às próprias cooperativas<sup>105</sup>. “Lagarto” e Luís “Fala-Pouco” ainda hoje

---

Segundo o autor, só depois de Setembro de 1836 “é que estes valores culturais foram encaminhados para estabelecimentos de ensino, cultura, arte e ciência que, entretanto, foram criados ou reestruturados”, *op. cit.*, p. 345.

<sup>105</sup> Também em Portel Michael Baum apurou que entre os antigos membros da cooperativa 65% afirmam que houve casos de corrupção nas cooperativas, além de 54% que concordam agora que as ocupações foram ilegítimas, *op. cit.*, p. 193.

dizem que querem matar os *ilusionistas* que os “levaram” para a Reforma Agrária:

“– Mas esse *Nelito* ainda está vivo?

Lagarto – Eu quero-o matar, mas a mulher *nã dêxa*.

– O senhor quer matá-lo? (risos)

Lagarto – Vá, vá, esses é que sabem tudo, *nã* sou eu. Esses é que sabem o que *fazerem* ao *dinhêro*, esses é que sabem o que *fazerem* à produção *cáquilo* teve, porque eles é que *ficarem* cheios de milhares de contos. E *ê* fiquei na miséria como eu *tava* anteriormente. Eles *ficarem* bem amanhados (...) Então para eles, quanto mais de lá abalavam, melhor eles ficavam. Aproveitaram à volta aí de 10 ou 12 mil contos cada um e a gente ficou *sim* nada. E aqueles 4 ou 5 embolsaram tudo.

– Então eles não se importaram que as pessoas saíssem?

Lagarto – Não senhora, até lhes convinham, eles até os empurravam para eles abalarem. Portanto, apenas que abalaram aqueles que eles lhes parecia... olhe, fui eu um de lá a abalar. Como lhe digo, eles foram os próprios que *abandonarem* a herdade, *devedirem* o *dinhêro*, *venderem* as alfaias, *venderem* os tractores, *venderem* um casão que lá têm que é da Câmara de Avis por alguns 7 mil contos, e eles meterem aquele *dinheironho* todo no bolso e *nã derem* contas a ninguém”.

“Luís – A gente nunca *se zangamos*. Fomos indo embora. Abalava um, abalava outro... E eles *forem* ficando. Houve um que ficou lá com tudo.

– Acha que ele foi desonesto? Então e não foi lá pedir-lhe o dinheiro?

Luís – Ó! Era matá-lo! Era limpar-lhe o sebo.

– Tinha vontade de o matar? Então e os outros todos também não protestaram?

Luís – Os outros já... Só quem ficou mais, fiquei eu, eu e mais dois. Metemos aquilo em tribunal, o tribunal nunca mais disse nada. Já vai para 3 anos.

– E esse que lá ficou ainda ficou com terras?

Luís – Aquela terra que a gente tinha só já estava à renda.

– E ele está bem de vida?

Luís – Tem tudo, estivemos todos a trabalhar para ele, estivemos aí uns 400 a trabalhar para ele”.

No fundo, a memória da Reforma Agrária perdeu todas as características positivas que tinha tido no seu início, mesmo para os grupos que mais activamente nela participaram<sup>106</sup>. Com o conhecimento do presente, o passado foi reconstruído<sup>107</sup>, o que ficou nítido na recusa de algumas pessoas em conceder-me a entrevista e no destaque que os que falaram comigo deram ao que já tinham antes da revolução.

“– Mas não ficou melhor depois do 25 de Abril?

Júlia – Eu?

– Não ganhou mais? Ficou na mesma?

Júlia – Eu fiquei na mesma, não fiquei melhor nem fiquei pior. Eu já tinha a minha casinha!”

<sup>106</sup> Nos movimentos sociais, “it is a melancholy fact that the consequences are seldom what the peasantry had in mind”, James C. Scott – *Weapons of the Weak...*, p. xvi.

<sup>107</sup> Tal como nas festas de Aivados, descritas por Inês Fonseca, “tratou-se, portanto, da ‘reconstrução’ de um evento de um tempo que passou à luz do tempo presente (...) a memória social é fundamentalmente um discurso sobre o tempo passado à luz do tempo presente e esse está em constante mudança”, “Festejar é pertencer ao *Povo dos Aivados!*...”, *op. cit.*, p. 53.

Mais uma vez fica claro o individualismo que marca este grupo e a pouca ou nenhuma importância dada a qualquer processo colectivo. “Eu já tinha a minha casinha” ou as palavras de Caetano ao dizer que “Nunca mais trabalhei para ninguém. Tenho uma horta, trabalho na horta...”<sup>108</sup>, ou mesmo os vários testemunhos de Sarrafaça ao longo destas páginas, tudo isto revela a total falta de interiorização dos conceitos que presidiram, pelo menos em teoria, ao movimento da Reforma Agrária. Revela especialmente as ambições dos ditos “operários agrícolas” que desejavam estabilidade e um salário: afinal o que cada um queria era a sua independência de um patrão e de uma renda de casa. No fundo era possuir uma casa própria e um pedaço de terra seu para trabalhar. Acentuando o que tinham conseguido adquirir antes da revolução, os trabalhadores de Avis desvalorizaram intencionalmente qualquer melhoria do seu padrão de consumo individual no período posterior ao processo, apesar de não se esquecerem de afirmar as conquistas da revolução a nível da população em geral. Todo o processo ficou de tal forma associado às características negativas do seu final que toda a sua existência acabou por ser literalmente abolida do imaginário local colectivo<sup>109</sup>. Nada nas vilas e aldeias do concelho lembra sequer a existência das cooperativas ou o movimento dos trabalhadores.

“cidades e aldeias recobram a calma; as magníficas pinturas revolucionárias deterioram-se e esbatem-se progressivamente sob as intempéries”<sup>110</sup>.

Não há uma placa comemorativa, uma rua com um nome alusivo. Nas instalações onde funcionou a *1.º de Maio* voltou a estar instalada a Cooperativa Agrícola de Avis (que já lá estava antes) e funcionam também serviços oficiais do Ministério da Agricultura. As suas paredes, onde estiveram pintadas as imagens das ceifeiras e dos operários no meio de uma seara com a foice e o martelo, foram caiadas de branco. E nos discursos eleitorais o tema não é sequer mencionado, assim como também é ignorado nos eventos culturais promovidos pela câmara municipal, que aliás continua a ser presidida por um comunista.

“Dr. Joaquim Miranda da Silva – Houve alguns roubos, de facto, mas eu penso que ninguém enriqueceu com o processo. Não é isso que o caracteriza. Mas na fase final, na fase mais

---

<sup>108</sup> Ver capítulo 4 da 2ª parte.

<sup>109</sup> Já em 1979 João Garin escrevia: “a Reforma Agrária fracassou e, melhor do que ninguém, os homens do campo o reconhecem”, “Aberração que ainda sobrevive”, in *Jornal do Agricultor*, 21/12/1979. O que constitui uma completa inversão dos sentimentos que animaram a época e que foram descritos, por exemplo, por Vítor Louro em 1976: “Se alguém julga que pode haver desânimo e desilusão por parte de quem avançou tanto, está completamente enganado. Não é preciso utilizar grandes argumentos. Basta ver para crer. Quem quer que visite uma unidade colectiva, não poderá deixar de ficar impressionado com o entusiasmo que anima todos os trabalhadores, que verificaram que é possível ser feliz na mesma terra onde, durante tantos anos, conheceram a miséria. Não há desilusão, portanto. Pelo contrário, há, sim, um sentimento de vitória, que é grande e é fortemente vivido”, Manuel Múrias (coord.) – *op. cit.*, p. 45.

<sup>110</sup> Balabanian e Bouet – *op. cit.*, p. 17.

terminal, em que as cooperativas tiveram de decidir o que fazer aos bens, ao dinheiro... Estes processos foram muito complexos, criaram-se muitos desentendimentos, alguma conflitualidade. O processo foi doloroso na fase final, por isso as pessoas não gostam muito de falar disso”.

E o líder foi esquecido<sup>111</sup>.

### 1.7 – Consequências na política local

Depois da apoteose dos anos 1974 a 1977, já vimos que nas eleições locais de 1979 o próprio Partido Comunista substituiu José Luís Correia da Silva nas suas listas e outro membro do partido foi eleito para a presidência da câmara. Como explica Sidney Tarrow, para sustentar e manter um movimento social activo é necessário apoio político<sup>112</sup>, o que definitivamente não existiu, nem sequer por parte do partido que nele investiu desde o início. Por isso todas as frustrações associadas às esperanças que tinham sido activadas e depois não foram concretizadas encontraram nos dirigentes das cooperativas os seus “bodes expiatórios”. Segundo Max Weber,

“Si la confirmation tarde à venir, si celui que possède la grâce charismatique paraît abandonné de son dieu, de sa puissance magique ou de sa puissance héroïque, si le succès lui reste durablement refusé, si, surtout, *son gouvernement n’apporte aucune prospérité à ceux qu’il domine*, alors son autorité charismatique risque de disparaître”<sup>113</sup>.

Isso não impediu os eleitores do concelho de Avis de continuarem a votar massivamente no PCP, apesar desses temas terem passado a ser algo a evitar. Tal como sobre o passado anterior à revolução, também sobre este passado mais recente “é melhor não se falar disso...”.

“– O seu marido continua com ideias comunistas?

Alzira Bonito – Não. Nem se fala lá em casa já há muitos anos.

– E o que acha que o levou a deixar de ser comunista?

Alzira Bonito – Não sei, talvez ele deixasse de concordar com certas coisas que se passaram

– Mas ele ficou desiludido com alguém, com alguma pessoa?

Alzira Bonito – Sim, com pessoas e com o próprio sistema. Os *mês* filhos nem sabiam que o pai um dia tinha sido comunista”.

---

<sup>111</sup> “um número considerável de protagonistas individuais dos episódios aqui recordados desapareceu da vida política, limita-se hoje a funções menores, ou reduziu-se a dimensões privadas. O destino de muitos deles, autênticas glórias por um tempo, veio confirmar uma velha verdade: a de que as revoluções são devoradoras de homens”, Teresa Almada – *op. cit.*, p. 16.

<sup>112</sup> Sidney Tarrow – *op. cit.*, p. 23.

<sup>113</sup> Max Weber – *Économie et Sociétés...*, p. 250. Barrington Moore acrescenta que estas circunstâncias se agravam quando o líder “does not provide security, or seeks personal advantage at the expense of the social order”, o que neste caso era por todos considerado uma realidade, *op. cit.*, p. 23.

Alguns fizeram questão de distinguir o partido do processo da Reforma Agrária, associado aos tais “falsos comunistas”, mantendo uma fidelidade que lhes vinha da juventude, como se pode ler nos casos de Luísa Leão e de Luís “Fala-Pouco”:

“– Mas a senhora continua activa politicamente?

Mascote – O partido foi a melhor coisa que apareceu na minha vida, ia-me agora desligar de uma coisa de que eu tanto gosto? Tenho as minhas cotazinhas até ao fim do ano pagas. As minhas e as da minha filha que está emigrada. O partido é o partido. A Reforma Agrária é a Reforma Agrária. O partido não tem culpa.

– Houve alguns que se zangaram...

Mascote – Os que não são comunistas, são clubistas. Têm boas casas, têm bons carros. E foi porquê? Por causa do 25 de Abril, porque eles antes do 25 de Abril não tinham nada.

– Acha que alguns ficaram com o que não deviam?

Mascote – Pois, com certeza. Eu é que não fiquei. Agora houve aí muitos... Mas o partido é o partido, a Reforma Agrária é a Reforma Agrária”.

“– E neste momento o sr. ainda é comunista?

Luís – Sou.

– Mas está desiludido com a política?

Luís – Não.

– Então continua a acreditar?

Luís – Penso que a culpa foi desses que se *faziem* comunistas e que não *erem*.

– Então o sr. continua a acreditar no Partido Comunista e está é triste com os outros?

Luís – Aqueles que se *faziem*... aqueles que se *faziem*... *roubarem* a gente!”

Outros, que nunca tinham feito essa distinção, continuam a misturar tudo:

“– Votou, nas eleições?

Lagarto – Votei, até descobrir o engano, fui sempre votando. Depois, descobri o engano, acabei com aquilo”.

“Inácio Ramalho – O Lagarto era comunista, não lhe pagaram, agora não quer nada com eles”.

Por todos estes motivos é interessante questionar, como o fez Nancy Bermeo e depois Michael Baum, os efeitos a longo prazo da participação activa desta população no movimento da Reforma Agrária e o seu impacto na cultura e comportamentos políticos<sup>114</sup>. Uma vez que já ficou explícito que a iniciativa política dos trabalhadores no movimento e a sua participação na dita “gestão democrática” das cooperativas foram praticamente nulas, concluo que o facto de terem participado no movimento não alterou os padrões de comportamento

---

<sup>114</sup> Michael Baum procurou estudar os “long-term political and cultural effects of the discontinuities brought on a Portuguese community by the revolution’s radical reordering of society”, *op. cit.*, p. 2.

político dos trabalhadores rurais do concelho de Avis<sup>115</sup>. A motivação para votar no Partido Comunista já existia antes e simplesmente foi activada pelo alargamento do universo dos eleitores, independentemente da ilusão e posterior desilusão com todo o processo da Reforma Agrária que nesta região foi intimamente associado à revolução. O que terá provavelmente aumentado foi a desconfiança que já existia antes em relação aos órgãos de poder central, ao governo e à entidade abstracta que se resume, tal como no passado, aos “ricos”<sup>116</sup>. No entanto, os eleitores de Avis continuam a participar activamente nos actos eleitorais, com níveis de abstenção muito baixos (ver segunda parte) e motivados por algo a que Francisco Martins Ramos chamou uma nova espécie de “subtil, mas eficiente e corrosivo caciquismo”, que cresce “sob a cobertura democrática”.

“os mecanismos que suportam a estrutura ideológica das comunidades continuam inalteráveis. Na realidade, a ideologia da dependência é a mesma: o que é novo é o sistema, são os processos políticos e alguns novos actores, e principalmente os líderes”<sup>117</sup>.

Definitivamente os novos “caciques”<sup>118</sup>, as novas elites locais, não têm qualquer relação com a grande propriedade fundiária ou com a actividade agrícola, principal fornecedora de emprego num passado que se tornou já distante. Depois do intervalo eufórico que constituiu o retorno ao trabalho no campo e às alegrias das fainas agrícolas com a Reforma Agrária, o final dos anos 70 assistiu ao despovoamento dos campos, desta vez com características praticamente irreversíveis. António Gervásio atribuiu este novo êxodo à “destruição violenta da Reforma Agrária”, à reconstituição dos latifúndios, à perseguição política e económica, factores que deram origem ao “flagelo social do desemprego e com ele a miséria e a fome nos campos do Alentejo!”<sup>119</sup>. Contudo, já aqui foi demonstrado que este movimento tinha começado com a emigração em massa ao longo de toda a década de 60 e o desvio da população que ficou para os sectores secundário e terciário. Em 1970 77% da população activa de Avis ainda trabalhava no sector agrícola, mas em 1981 essa percentagem

---

<sup>115</sup> Michael Baum também concluiu o mesmo em relação a Portel, onde verificou que as entrevistas aos ex-membros das cooperativas e aos que não participaram tiveram resultados semelhantes, portanto, estar na cooperativa ou não produziu os mesmos resultados e a participação ou não na gestão das mesmas não alterou o comportamento político das pessoas: “this finding decreases the plausibility of the political efficacy hypothesis as applied to worker participation in management”, *ibidem*, p. 199.

<sup>116</sup> Também para os inquiridos de Michael Baum, a política é algo distante e que só serve para satisfazer os desejos e necessidades dos políticos, *ibidem*, p. 200.

<sup>117</sup> O autor revisitou a “Vila Velha” de José Cutileiro e verificou que “A democracia não é posta em causa mas, com o decorrer dos anos, o cidadão comum de Vila Velha e Vila Nova acomodou-se numa espécie de letargia e não participação que apenas são alteradas nos curtos momentos das campanhas eleitorais. As expectativas dos primeiros dias da revolução transformaram-se em frustração e ficaram pelo caminho”, Francisco Martins Ramos – *op. cit.*, pp. 130, 133.

<sup>118</sup> O último presidente da câmara de Avis antes da revolução, Dr. Belo Gonçalves, também usou a expressão “novos caciques emergentes do 25 de Abril que dele se aproveitaram até à exaustão”, entrevista citada.

<sup>119</sup> António Gervásio – *op. cit.*, p. 346.

tinha sido reduzida para 55,2%, aumentando os sectores secundário para 22,2% e terciário para 22,6%<sup>120</sup>. As estatísticas agrícolas revelam que em 1979 no concelho de Avis havia apenas 305 trabalhadores permanentes em 32 explorações (78% de homens e 22% de mulheres<sup>121</sup>), 220 dos quais numa só herdade com mais de 2.500 ha<sup>122</sup>. E que 169 explorações empregavam trabalhadores eventuais, aos quais pagavam 79.012 jornas por ano, correspondentes a 18.071 jornas a homens e 60.941 a mulheres<sup>123</sup>, o que demonstra que se manteve o padrão do emprego feminino ser sempre mais precário que o masculino. Além disso a população total do concelho caiu em 1991 para 5.663 habitantes, menos do que tinha em 1900, e com uma densidade de 9,4 por km<sup>2</sup> (ver anexo 5), o que coloca este concelho no terceiro lugar mais baixo desta categoria a nível nacional, acima apenas de Mértola e Alcoutim com 7 e Monforte com 8<sup>124</sup>. Por outro lado, a freguesia de Avis, sede do concelho e onde se concentram os serviços, teve um ligeiro aumento da população nestas décadas<sup>125</sup>.

“A agricultura já não unifica a sociedade rural com o seu espaço e, em muitas zonas, o declínio demográfico é já tão acentuado que se encontram mesmo inviabilizadas ou muito comprometidas quaisquer acções de reanimação social e económica”<sup>126</sup>.

Com a subalternização da agricultura e a enorme falta de oportunidades profissionais a nível local que se verifica no presente, tanto na indústria como nos serviços, a câmara tornou-se numa das principais fontes de emprego no concelho, substituindo os agricultores nessa função de utilização da maior parte da mão-de-obra local. Esse é um dos motivos porque os grupos actualmente no poder autárquico por todo o distrito de Portalegre se encontram muito mais ligados às áreas dos serviços<sup>127</sup> e a sua vinculação ou não à propriedade fundiária (no caso de Avis é a desvinculação total) tornou-se irrelevante, pois esta já não confere o prestígio

---

<sup>120</sup> De uma população activa de 2.244 indivíduos, *Caracterização Económico-Financeira dos Municípios da Região do Alentejo...*, p. 113. Ver gráfico 27 do anexo 5. Ver desenvolvimento deste tema para toda a região na obra de Maria João Costa Macedo, *op. cit.*, pp. 33-90. Naturalmente que esta mudança estrutural não acompanhou a evolução ao nível nacional: em 1973 o sector primário em Portugal empregava já apenas 24,2%, em 1979 21,1% e em 1990 tinha baixado para 13,5%, ver gráfico 28 do mesmo anexo.

<sup>121</sup> 238 homens e 67 mulheres, o que corresponde a 3,5 vezes mais homens que mulheres, *Recenseamento Agrícola*, INE, 1979, p. 71.

<sup>122</sup> 170 homens e 50 mulheres, o que corresponde à herdade de *Camões*, na altura ainda na posse da *1.ª de Maio*.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 72. Considerando que cada trabalhador trabalharia 230 dias por ano (o que não é completamente fiável), resulta que haveria 79 trabalhadores eventuais homens e 265 mulheres. Os eventuais homens estão mais presentes nas explorações mais pequenas, entre os 50 e os 500 ha (as que não foram ocupadas), enquanto as explorações maiores, acima dos 200 ha, empregam na sua maior parte mulheres eventuais.

<sup>124</sup> *Recenseamento Geral da População*, INE, Lisboa, 1991.

<sup>125</sup> Ver gráfico 11 do anexo 5. Também em Montemor-o-Novo “As aldeias despovoaram-se, para as sedes de concelho e para a emigração. Os trabalhadores mais novos deixam os campos e tomam outras profissões. Os filhos, ao deixarem as escolas não voltam aos trabalhos agrícolas”, António Gervásio – *op. cit.*, p. 347. Ver ainda: Teresa Alves – “Os serviços nas áreas rurais: novos modos de vida ou novas formas de ruralidade?”, *1.º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, 16 a 18 de Setembro 2001, publicação em CD.

<sup>126</sup> Oliveira Baptista – *op. cit.*, p. 89.

<sup>127</sup> Ver capítulo 3 da 2ª parte.

social e político que antes conferia<sup>128</sup>. E em muitos casos nem sequer confere o poder económico, pois além da terra já não estar directamente relacionada com as enormes fortunas que antes proporcionava<sup>129</sup>, o facto de empregar muito pouca mão-de-obra afasta-a por completo dos interesses dos eleitores. Os critérios de recrutamento das elites viraram-se então quase exclusivamente para a filiação política, se bem que a simpatia pessoal e os serviços sociais prestados à comunidade tenham adquirido uma nova importância<sup>130</sup>. A recomposição sócio-profissional das elites locais foi sem dúvida despoletada pela revolução política<sup>131</sup>, mas o afastamento dos grandes proprietários de terras dos cargos da administração local mantém-se inalterável. E acentua-se a profissionalização da gestão autárquica, a qual, segundo António Araújo, passou a implicar uma “crescente complexidade técnica” e deixou de ser um “*hobby* de latifundiários ociosos”<sup>132</sup>. Além disso, ao mesmo tempo que o cargo de presidente da câmara passou a ser uma profissão a tempo inteiro, remunerada e cada vez mais complexa, que implica o abandono da profissão de origem do candidato, pelo menos no tempo de duração do mandato<sup>133</sup>, também a profissão de agricultor, ou, mais modernamente, de empresário agrícola, passou a exigir uma dedicação muito maior, incompatível com a acumulação com a actividade política. E que se afasta por completo dos interesses actuais dos descendentes das antigas elites, principalmente dos que têm outras profissões bem remuneradas e estimulantes<sup>134</sup>. Além do mais, a administração autárquica já não confere o

---

<sup>128</sup> António Barreto escreveu sobre a “mudança brusca e radical das relações sociais e uma redistribuição dos poderes políticos e económicos. Alteraram-se instituições, mudaram comportamentos”, *Anatomia de uma Revolução...*, p. 285.

<sup>129</sup> “Para os proprietários, subsidiados para não produzir, a desvalorização da agricultura na economia e na sociedade portuguesa acarretou uma despromoção social, acompanhada da falta de perspectivas no que concerne à possibilidade de reascender (...) a situação actual representa só um golpe mais profundo num sector cuja queda se terá iniciado nos anos de 1950”, Paula Godinho – *op. cit.*, p. 79. Ao contrário do que se passou no meio empresarial descrito por Antónia Pedrosa de Lima, onde a revolução estimulou o “dinamismo empresarial, um empenho na modernização e no desenvolvimento das suas empresas a que dificilmente assistiríamos se não tivesse havido tão grande ruptura (...) acabou por se tornar um importante elemento de reactivação das actividades e possibilidades de expansão destes grupos e destas famílias”, *op. cit.*, pp. 176-177.

<sup>130</sup> “Neste período declinou também a influência política e social da questão da terra, para o que contribuiu o crescente esmorecer do debate ideológico em torno deste tema, a contínua perda de peso da agricultura, e, sobretudo, a democratização das câmaras municipais e das juntas de freguesia permitiu que, na gestão do espaço local, a opção dos cidadãos se sobrepusesse à dos que detêm o controle económico dos territórios”, Oliveira Baptista – “A agricultura e a questão da terra...”, *op. cit.*, p. 919.

<sup>131</sup> Michael Baum salientou a descontinuidade das elites locais, provocada pela revolução: “Local elites were systematically expelled from their lands and consequently lost the sources of their political and economic power in the region (...) the Alentejo is probably the least likely place to find political culture continuity with the pre-revolutionary *status quo ante*, so it is an especially important case to study”, *op. cit.*, p. 235. Também Teresa Almada escreveu que “o antigo regime, o Estado Novo, os seus dirigentes, os seus grupos sociais e económicos dominantes, estão praticamente ausentes, a sua exclusão parece ter feito unanimidade”, *op. cit.*, p. 16.

<sup>132</sup> António de Araújo – *op. cit.*, p. 138.

<sup>133</sup> Em Avis, António Raimundo Bartolomeu não voltou a exercer as funções de regente agrícola e passou directamente para a reforma. Acrescenta-se que a carreira política nestes concelhos periféricos proporciona muito poucas oportunidades para mais altos voos: até agora apenas um presidente da câmara, Vasconcelos Abranches em 1906, seguiu a carreira política, sendo eleito deputado pelo círculo de Portalegre.

<sup>134</sup> “Duvidamos que a combinação dos factores popularidade, ser conhecido e capaz de conquistar votos ‘faça’ inserir a maioria dos presidentes de câmara nas elites locais. De resto, a remuneração dos presidentes de câmara e dos vereadores (...)”



prestígio de outros tempos, assim como a política em geral, que é para este grupo uma actividade que lhes merece muito pouca consideração.

“Dr. Eurico Pais – São todos licenciados, têm as suas profissões, não podem perder tempo na política local”.

---

não constitui um factor de atracção para as elites locais (empresários qualificados, médicos, quadros superiores, advogados, etc.)...”, César Oliveira – “Que futuro para os municípios portugueses?”, *op. cit.*, p. 514.